



2010-07-07

A Ditadura Militar Brasileira: A Memória e a Construção da História Através da Literatura de Testemunho

Camila F. C. Tobias Amorim
Brigham Young University - Provo

Follow this and additional works at: <http://scholarsarchive.byu.edu/etd>

 Part of the [Spanish and Portuguese Language and Literature Commons](#)

BYU ScholarsArchive Citation

Amorim, Camila F. C. Tobias, "A Ditadura Militar Brasileira: A Memória e a Construção da História Através da Literatura de Testemunho" (2010). *All Theses and Dissertations*. Paper 2119.

This Thesis is brought to you for free and open access by BYU ScholarsArchive. It has been accepted for inclusion in All Theses and Dissertations by an authorized administrator of BYU ScholarsArchive. For more information, please contact scholarsarchive@byu.edu.

A Ditadura Militar Brasileira: A Memória e a Construção da História
Através da Literatura de Testemunho

Camila F. C. Tobias Amorim

A thesis submitted to the faculty of
Brigham Young University
in partial fulfillment of the requirements for the degree of
Master of Arts

Vanessa C. Fitzgibbon, Chair
Christopher C. Lund
Blair E. Bateman

Department of Spanish and Portuguese
Brigham Young University

August 2010

Copyright © 2010 Camila F. C. Tobias Amorim

All Rights Reserved

ABSTRACT

A Ditadura Militar Brasileira: A Memória e a Construção da História Através da Literatura de Testemunho

Camila F. C. Tobias Amorim

Department of Spanish and Portuguese

Master of Arts

A ditadura militar brasileira começou em 1964 e terminou em 1985. Durante este período de 21 anos, ao mesmo tempo em que o país viu avanços econômicos, um grande número de brasileiros passaram por experiências traumatizantes de perseguição, torturas, exílios e muitas vezes o desaparecimento de conhecidos, amigos e familiares. Devido à censura, qualquer pessoa que tivesse uma posição comunista ou que pregasse contra o governo militar era perseguida. Por este motivo, muitos não tiveram a oportunidade de escrever ou até protestar as injustiças que sofreram do governo militar durante esta época. No entanto, depois da abertura “lenta e gradual” e da anistia, muitas das vítimas da ditadura começaram a se manifestar através da literatura, hoje chamada de “literatura de testemunho.” Através de narrações fortemente ligadas à sua memória, os sobreviventes fazem depoimentos e constroem o outro lado da história brasileira que foi escondido por anos e em que os responsáveis nunca foram punidos. Através da literatura de testemunho podemos ter acesso a uma outra versão da história que não pode ser apagada por conter depoimentos vivos de sobreviventes que foram guiados por suas memórias para escrever a verdade.

Keywords: ditadura militar brasileira, memória, literatura de testemunho.

ACKNOWLEDGEMENTS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Departamento de Português e Espanhol pela oportunidade de escrever este trabalho. Sou imensamente grata pelo constante apoio dos professores Christopher Lund, Blair Bateman e Frederick Williams durante os anos de mestrado, e em especial pela professora Vanessa Fitzgibbon que sempre acreditou no meu potencial. Sou grata por seus constantes encorajamentos e conselhos, por tudo que me ensinou sobre a literatura brasileira e por ter sido tão influente durante os meus anos de estudos na BYU.

Não poderia deixar de agradecer minha família, em especial aos meus pais, Natã e Tarcila, pelo grande exemplo que sempre foram para mim e por terem me ensinado desde pequena sobre a importância dos estudos. Apesar da distância entre nós durante os meus sete anos de BYU e a saudade constante, eles sempre me encorajaram a ir atrás dos meus sonhos e metas, e a não desistir.

Agradeço ao meu esposo e companheiro eterno, Gustavo, que me sugeriu fazer um mestrado e me apoiou desde o começo desta jornada. Sou grata pela sua paciência e por ter estado ao meu lado durante todos os momentos do mestrado, e principalmente por ter me ajudado a ser otimista em meio a frustrações e limitações das quais eu me deparei tanto ao escrever este trabalho quanto durante os meus anos de estudos.

Também gostaria de agradecer a minha filha Alice, a minha maior motivação ao escrever este trabalho, pois eu sabia que quanto mais perto eu chegava do fim da tese, mais perto estaria do nascimento dela. Espero que um dia ela saiba sobre a importância da literatura e da leitura, a importância de “nos melhores livros busca[r] a palavra de sabedoria” (D&C 109:7).

E por último, agradeço ao meu Pai Celestial por ter me dado a oportunidade de realizar um sonho, o de estudar na Universidade Brigham Young e ir até além do que eu imaginava,

terminar um mestrado. Sei que sem a ajuda Dele nenhuma de minhas conquistas seria possível e serei eternamente grata por Ele ter me concedido esta experiência inesquecível.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: O golpe militar e a luta da Igreja Católica a favor do povo brasileiro e dos Direitos Humanos	5
Capítulo II: O Realismo Mágico como forma de resistência durante a ditadura militar	20
O realismo mágico	21
Murilo Rubião	22
José J. Veiga	29
Conclusão.....	32
Capítulo III: A literatura de testemunho e os seus diferentes aspectos memorialistas sobre a ditadura militar brasileira.....	35
O trauma em Renato Tapajós	37
A memória em Fernando Gabeira	42
O pós-trauma e a memória em Flávio Tavares	49
Conclusão.....	56
Considerações finais	59
Bibliografia	62

Introdução

A ditadura militar brasileira foi um período extremamente conturbado da história do Brasil. Por um período de aproximadamente 21 anos, os brasileiros foram proibidos de se manifestar contra o governo e por isso muitas pessoas foram perseguidas, exiladas, torturadas e até mortas pelas autoridades brasileiras. Com a anistia e a liberdade de expressão no país, que foi declarada em 79 mas iniciada apenas em 1980, muitos dos sobreviventes e exilados desse tempo tão obscuro da história brasileira decidiram revelar os verdadeiros fatos e desmascarar a opressão e violência da ditadura. Portanto, esta tese tem como objetivo mostrar os muitos testemunhos que constantemente têm se manifestado nas últimas décadas na literatura brasileira têm sido considerados de grande valor histórico nacional devido à memória coletiva que tem sido formada. Através desta literatura, as testemunhas também têm se libertado de um passado sombrio, confuso e até ignorado por muitos, abrindo os olhos de uma nova geração, para que os mesmos erros não sejam cometidos novamente no futuro do país.

De 1930 a 1945 houve uma ditadura no Brasil mais conhecida como a Era Vargas e posteriormente O Estado Novo. O presidente Getúlio Vargas governou o país por 15 anos e durante este tempo ele fez muitas implantações econômicas, educacionais e também introduziu a censura ao panorama da história do Brasil, que até hoje é muito conhecida, comentada e estudada por pesquisadores estrangeiros e brasileiros. No entanto, esta tese tem como objetivo abordar apenas a Ditadura Militar ou o Regime Militar que aconteceu dos anos de 1964 a 1985 em todo o país, uma vez que a Ditadura Vargas pode gerar uma tese em si.

O primeiro capítulo da tese tem como objetivo abordar a história da ditadura. Primeiramente, explicarei sobre o Golpe de 1964 que consistia em uma conspiração anti-Vargas e que foi aprovado pela classe-média brasileira, pela imprensa, inúmeros governantes e inclusive

pelos Estados Unidos e a Igreja Católica. Com os Atos Institucionais e a abstinência dos direitos humanos, os anos 70 foram conhecidos como “anos de chumbo,” em que muitos brasileiros foram torturados, exilados ou mortos pelo governo militar. Por causa destas mudanças e problemas causados pelos militares, também com a volta da censura brasileira, muitos grupos terroristas começaram a surgir no Brasil, causando grandes repercussões para o governo e também chamando a atenção de autoridades internacionais. Parte deste capítulo também abordará a importância da Teologia da Libertação para aquela época, uma vez que, apesar da Igreja Católica ter apoiado o Golpe de 64, anos depois seus líderes se dividiram e muitos ficaram contra a ditadura, defendendo, auxiliando e apoiando muitas pessoas e grupos que lutavam para que as injustiças sociais acabassem no país. Assim, como parte da literatura ligada à Teologia da Libertação, farei um estudo sobre o livro Batismo de sangue, escrito por Frei Betto e que conta a história de Frei Tito. Através deste estudo mostrarei a influência e importância de Frei Tito para a história brasileira, como que seus depoimentos e sua experiência diante da ditadura militar causaram um impacto não apenas nacional mas também internacionalmente. Assim, este capítulo irá descrever e introduzir um pano de fundo histórico para a importância da literatura de testemunho que tem ficado cada vez mais visível dentro da literatura brasileira.

O segundo capítulo da tese irá abordar então a questão da literatura em particular, junto com o assunto da ditadura. Como parte deste estudo, abordarei primeiramente a questão do Realismo Mágico, que foi um estilo importantíssimo na literatura daquela época em que, devido à censura tudo que era escrito foi em forma de metáforas e era preciso ler “com outros olhos” para interpretar as críticas à ditadura. Utilizando contos de alguns de seus autores mais importantes como Murilo Rubião e José J. Veiga, mostrarei que através de sua literatura as primeiras manifestações contra a ditadura militar aconteceram ainda durante a ditadura, mas de

uma forma diferente e camuflada devido à censura.

No último capítulo da tese, descreverei o assunto da memória em si e a sua importância para a literatura de testemunho e mostrarei suas diferentes manifestações através do testemunho coletivo, de uma criança e de mulheres. Usarei textos e entrevistas de prisioneiros brasileiros que foram mantidos por muitos anos dentro do Presídio Tiradentes, em São Paulo, além de entrevistas feitas com mulheres anos depois da ditadura e que depois de contarem suas experiências, leram seus depoimentos e tiveram sensações que ajudaram-nas a entender melhor sua própria identidade. Ainda ligado a esse assunto irei desenvolver o aspecto do cinema ligado à literatura de testemunho fazendo um estudo dos filmes O que é isso companheiro?, de Bruno Barreto e O ano em que meus pais saíram de férias, de Cao Hamburger. Através destes filmes levantarei a idéia da construção e busca de uma identidade nacional e cultural brasileiras ao mesmo tempo em que restauram e estabelecem um imaginário coletivo de um período que por muitos anos não foi discutido e muito menos debatido dentro do Brasil. No entanto, o aspecto mais importante deste capítulo será um estudo detalhado sobre a literatura de testemunho ligada à memória e ao depoimento pessoal usando três livros-depoimento. Um deles escrito por Fernando Gabeira e internacionalmente conhecido, O que é isso companheiro? (1996); o outro é de Renato Tapajós, Em câmara lenta (1977), e finalmente o livro de Flávio Tavares que tem como título Memórias do esquecimento (1999). Esses livros servirão de base para a abordagem da memória coletiva de três homens que tiveram um futuro diferente, mas passaram por experiências semelhantes, pois todos foram torturados pela ditadura. Fernando Gabeira, através do senso de humor, relembra e faz uma crítica a ambos lados da realidade daquela época: a realidade militar e a das guerrilhas. Além disso, o título também mostra que ao escrever a sua obra, o autor tem como objetivo encontrar uma reconciliação consigo mesmo, com outros

militantes e até com a sociedade brasileira. Renato Tapajós, por outro lado, escreveu o seu livro durante a ditadura militar e com a ajuda de outros colegas de cela enquanto estavam presos. O principal assunto do livro é a tortura e com o teor testemunhal, ao ler o livro de Tapajós é possível entender que o narrador escreve com os olhos de um guerrilheiro anônimo e que está conectado à memória de torturados, pessoas que foram presas e mortas pela ditadura. Diferente de Renato Tapajós, Flávio Tavares escreveu sua obra trinta anos depois de suas experiências. A sua tentativa ao escrever é a de esquecer tudo que aconteceu, no entanto, ao terminar a sua narrativa ele conclui que esquecer não é possível, mas através de seu romance foi possível interpretar e encontrar um significado para a sua história passada e o começo de uma busca de identidade. Assim, nestes três depoimentos Fernando Gabeira, Renato Tapajós e Flávio Tavares, vítimas da ditadura militar brasileira, relatam o que viram e as experiências que viveram ao mesmo tempo em que quebram o silêncio. Eles também falam por outras pessoas que sofreram as mesmas injustiças, mas nunca tiveram a oportunidade de escreverem o seu testemunho e hoje ajudam muitos brasileiros a também tentarem entender o seu passado e construir uma história futura.

Portanto, como conclusão, minha tese terá como objetivo mostrar a importância da literatura de testemunho para a formação histórica e também para a formação da identidade brasileira. Através deste estudo irei mostrar que esse tipo de literatura dá voz para todas as pessoas que passaram momentos difíceis e cruéis durante a ditadura militar e apesar de ninguém ter sido punido pelas injustiças causadas pelo governo militar brasileiro, a verdade está escrita e não pode ser apagada. A literatura de testemunho quebra o silêncio e transforma a história em depoimento.

Capítulo I: O golpe militar e a luta da Igreja Católica a favor do povo brasileiro e dos Direitos Humanos

No dia 1º de abril de 1964, João Goulart, o presidente do Brasil na época, foi alertado pelos seus conselheiros que militares estavam marchando de Minas Gerais para depor o então atual governo brasileiro. Jango, nome pelo qual era popularmente conhecido, era o herdeiro político do ex-presidente Getúlio Vargas, portanto, quando foi eleito, já existiam cúpulas de sindicatos que não faziam mais parte das "massas" e que estavam convencidas de que Jango estava levando o Brasil a ser um país socialista, fazendo com que os valores políticos tradicionais se perdessem. Quando João Goulart foi avisado sobre a ida dos militares, ele pegou um avião em Brasília e mesmo antes de pousar no Rio Grande do Sul já havia sido decretado pelo Congresso Nacional que o cargo de presidente da República estava vazio sem nem mesmo o presidente renunciar ou sair do país. Logo em seguida, a posse foi dada ao presidente da Câmara até que o marechal Humberto Castelo Branco foi eleito. Este decretou um ato institucional e cancelou a eleição do ano seguinte. Desta maneira os militares tomaram posse do governo e esta invasão ficou portanto conhecida como o "golpe de 64" ou o "golpe de Estado" (Bueno 360).

O golpe de 64 não foi algo repentino. Já havia praticamente dez anos que anti-getulistas conspiravam contra o governo e buscavam o apoio de autoridades religiosas, dos Estados Unidos, da mídia e de outros governantes. Apesar destes militares defenderem a idéia de que o golpe precisava acontecer para que o país não se tornasse comunista/socialista, na verdade, Miguel Chaia explica que "o golpe de 64 foi gerado internamente por interesses de diferentes segmentos da sociedade brasileira aliados às forças armadas" (42). Desta maneira, sabemos que existiram motivações ainda maiores para o ato, a começar pela situação econômica do país.

Durante a Era Vargas, a economia brasileira havia crescido abundantemente: "since 1940 Brazilian GNP had grown at 6 percent a year, a record few Third World countries could match.

Both Brazilians and foreign observers, noting the abundant resources of almost every kind, predicted a bright future for Latin America's largest country” (Skidmore 9). No entanto, o grande problema do país era sua infra-estrutura que não estava preparada para esse grande crescimento nacional. Também existia o problema da produção elétrica que não era suficiente nem para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro lado, a educação estava ficando melhor, mas apenas os mais ricos tinham acesso a ela. Estes e muitos outros problemas passaram a virar uma grande bola de neve. Wladimir Pomar diz que “em 1963, os índices de crescimento caíram para 0,2%, a inflação saltou de 42,2%, em 1962, para 88,4%, os investimentos reduziram-se, o desemprego aumentou e o consumo interno restringiu-se. O governo perdeu o controle sobre o déficit público e o país resvalou para a crise política” (47). Assim, com a grande instabilidade econômica e o presidente Goulart em direção a uma estratégia nacional radical, os militares, com todo o apoio que tinham, resolveram entrar em ação, “indeed, it was the relative weakness of the civilian anti-Goulart forces that led top-level officers to conclude that only their intervention could save Brazil from a prolonged civil war” (Skidmore 17).

Quando os militares obtiveram o controle do governo e do poder, aconteceram uma série de mudanças na administração e principalmente na constituição brasileira. Os atos institucionais começaram a acontecer logo depois do golpe. O primeiro veio no dia 9 de abril, conhecido como o AI-1. Este ato decretava que todos os cidadãos que eram contra os militares teriam os seus direitos políticos suspensos. Assim, o governo militar brasileiro eliminaria qualquer oposição contra o regime e caçaria diligentemente seus opositores. No entanto, foi em 1968 que “os anos de chumbo” se iniciaram. O decreto do Ato Institucional 5, ou AI-5, constituía na “suspensão dos direitos políticos, a proibição das manifestações públicas e a suspensão dos *habeas corpus*” (Kushnir 107). Maria Helena Moraes Alves explica: “A 13 de dezembro de 1968, pela primeira

vez, surgia um Ato Institucional sem prazo, mais autoritário que os anteriores e fornecendo ao poder revolucionário hipóteses de intervenção ainda mais profundas nos direitos humanos, na vida política, administrativa e econômica do país.[...] Era o instrumento permanente, a nova fase da Revolução que se estratificava” (cit. Aquino 84). Assim, por dez anos o Brasil viveu um grande tormento e as consequências desse ato têm afetado a vida de muitos brasileiros até hoje. Inúmeras pessoas envolvidas em grupos contra o governo ou grupos terroristas foram presas e abusadas tanto mental quanto fisicamente. Muitas delas desapareceram, foram mortas ou exiladas. Até os seus parentes e amigos, que não tinham nenhum envolvimento político ou social, eram interrogados, presos e até torturados. Os Direitos Humanos haviam simplesmente desaparecido do país e por isso os brasileiros iam mal, na verdade, muito mal.

Foi também em 1968 que a censura, que praticamente não existia antes do AI-5, passou então a ser extremamente dura. De acordo com Oswaldo Martins, “durante quatro anos, a partir de 64, imperou no Brasil a mais ampla, total e irrestrita liberdade de expressão. Os jornais publicavam o que queriam. Tinham plena autonomia para elogiar a 'revolução' que eles mesmos haviam feito” (54). No entanto, com o AI-5 e o regime militar extremamente endurecido, foi preciso que a censura entrasse em ação para que os objetivos do governo, de manter a ordem no país, entrassem em vigor e se concretizassem. Desta maneira, no mesmo dia em que o AI-5 foi decretado, tanto a imprensa de São Paulo quanto a do Rio de Janeiro receberam um manual detalhado sobre os objetivos da censura e como ela entraria em prática. Os documentos estabeleciam as seguintes regras:

1. Manter o respeito à Revolução de 1964;
2. Não permitir notícias referentes a movimentos de padres e assuntos políticos referentes aos mesmos;

3. Não comentar problemas estudantis;
4. Não permitir críticas aos Atos Institucionais, às autoridades e às Forças Armadas (FFAA);
5. As notícias devem ser precisas, versando apenas sobre fatos consumados;
6. Não permitir informações falsas, supostas, dúbias ou vagas;
7. Não permitir notícias sobre movimentos operários e greves;
8. Não permitir aos cassados escrever sobre política;
9. Não publicar os nomes dos cassados a fim de não colocá-los em evidência, mesmo quando se trate de reuniões sociais, batizados, banquetes, festas de formatura. A prisão dos cassados poderá ser noticiada, desde que confirmada oficialmente;
10. Não publicar notícias sobre atos de terrorismo, explosão de bombas, assaltos a bancos, roubos de dinamite, roubos de armas, existência, formação ou preparação de guerrilhas em qualquer ponto do território nacional, ou sobre movimentos subversivos, mesmo quando se trate de fato consumado e provado (Kushnir 108-109).

A partir do momento em que protestos contra o governo, seja na música, no teatro ou nas ruas, começaram a aparecer, a censura passou a se enrijecer.

Quando houve o golpe de Estado, muitos brasileiros estavam esperançosos por grandes mudanças sociais, econômicas e políticas no país, mas para o melhor e para o benefício de todos. O historiador Boris Fausto, em uma entrevista para a revista *Cult*, comenta sobre quando os militares entraram no poder:

Naquele momento, a gente, eu, não chegava a perceber qual seria o alcance dessa

interrupção de um sistema democrático. “Eles vão fazer uma limpeza, purificar a democracia e nós vamos logo retomar um quadro constitucional. Ou vai haver uma ditadura que vai se aprofundar?” Essa era a dúvida que havia em 64 e 65. Essa dúvida ficou inteiramente resolvida em 1968; com o AI-5 ficou claro que tinha se instalado um regime militar autoritário e que tinha vindo para ficar e por muito tempo. Até 68 havia uma situação de tensão, de exceção, de violência. A gente não sabia muito bem como seria o desfecho disso, se seria uma transição com muita violência ou se ele consolidaria como uma opção, o que aconteceu foi que se consolidou como opção (cit. Rocha 11).

Com o término definitivo da democracia no Brasil, que aconteceu logo depois que os militares chegaram ao poder, o país passou a ter grandes dificuldades econômicas, a ser anticomunista e a repressão ficou mais dura. No entanto, muitos não enxergavam todas essas dificuldades, até mesmo os líderes católicos não viam o que estava acontecendo no seu país. Foi nesta época que o Cardeal e Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns¹ passou a transmitir aos bispos paulistas a realidade do que estava acontecendo no Brasil e com o Brasil:

Havia muita desconfiança e falta de compreensão. Os bispos não acreditavam que havia tortura em nossa terra porque achavam que o brasileiro era incapaz de torturas. Muitos me aconselharam a procurar o Presidente da República, general Médici, porque acreditavam que ele desconhecia os fatos que estavam ocorrendo em São Paulo. O Presidente Médici, porém, esperava que eu me convencesse de que eles, os militares,

¹ O Cardeal e Arcebispo Dom Evaristo Arns nasceu em Forquilha, Santa Catarina, em 14 de setembro de 1921, numa família de 13 irmãos. Ordenou-se padre pela ordem franciscana em Curitiba e formou-se em Letras na Universidade de Paris. Foi vigário em Petrópolis, RJ, até ser nomeado bispo auxiliar de São Paulo, em 1966. Arcebispo a partir de 1970, chegou ao cardinalato em 1973, ano em que criou a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese paulistana. Por sua luta em defesa dos direitos humanos, recebeu mais de 120 títulos e prêmios no Brasil e no exterior. Pediu afastamento em 1996, ao completar 75 anos, e deixou as funções em 1988. Hoje, dedica-se a atividades religiosas em hospitais e ao jornalismo nas rádios América e Nove de Julho, de São Paulo. (Fonseca 57.)

estavam defendendo a honra do Brasil (cit. Cancian 88).

Antes do golpe, os militares haviam tido o apoio de muitas instituições como os Estados Unidos, governantes, a classe-média brasileira, a imprensa e inclusive a Igreja Católica. No entanto, a partir do momento em que os Direitos Humanos passaram a ser violados, a Igreja Católica se mobilizou e teve uma forte influência em reestabelecer a liberdade democrática no Brasil e lutar contra as injustiças do governo, apoiando o povo e defendendo a dignidade humana. Esta luta para ajudar os injustiçados, perseguidos e menos afortunados passou a ser conhecida como a “teologia da libertação”.

Para entender melhor sobre a teologia da libertação, é importante mencionar dois eventos que tiveram grande influência na América Latina durante o período militar: o Concílio Ecumênico Vaticano II que começou em Roma em 1962 e terminou em 1965; e a Segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM) que aconteceu em Medellín, na Colômbia, em 1968.

O Concílio Ecumênico Vaticano II reuniu líderes da Igreja Católica de todos os continentes com o objetivo “de discutir o papel da Igreja no mundo contemporâneo” (Cancian 17). Foi então neste período que muitas mudanças e inovações teológicas da Igreja foram feitas; no entanto, era preciso adaptá-las à América Latina, pois o povo estava vivendo experiências diferentes do resto do mundo: eles estavam vivendo a ditadura militar. Foi por essa razão que a CELAM reuniu líderes da Igreja Católica da América Latina, “com o objetivo de adaptar as resoluções do Concílio Ecumênico Vaticano II à realidade latino-americana” (Cancian 18).

Antes do Vaticano II e da CELAM, a Igreja Católica, na verdade, estava a favor do governo. Ela o apoiava, contribuindo para a ordem do país e encorajava o patriotismo e a união nacional. Na realidade, a atitude da Igreja era de “Discipline and Obedience to the Head of the

Government” (cit. Mainwaring 32). Além disso, “the Church supported Vargas not only because of the privileges it had won, but also because of the political affinity more of its leaders felt for his regime” (Mainwaring 32). Os líderes católicos também eram contra o comunismo e o liberalismo, e por essa razão apoiavam fortemente o governo e suas decisões.

Em 1969 o Padre Antônio Henrique Pereira Neto foi assassinado e começaram a acontecer inúmeros ataques às Igrejas. Isso levou alguns bispos do Nordeste do Brasil a escreverem muitos documentos contra os abusos do governo aos líderes da Igreja e aos trabalhadores (MacLean 69). Esses documentos descreviam muito bem o que estava acontecendo ao povo e à Igreja durante a repressão militar:

Repression is increasingly needed to guarantee the functioning and security of the associated capitalist system. The legislature has no authority; urban and rural union are forcefully depoliticized; the leaders are persecuted; censorship has gotten worse; workers, peasants, and intellectuals are persecuted; priests and activists in the Christian Churches suffer persecution. The regime has used various forms of imprisonment, torture, mutilations, and assassinations (cit. Mainwaring 103).

Esses protestos, junto com outros documentos do Cardeal e Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, as resoluções do Vaticano II e adaptações feitas pelo CELAM foram grandes iniciativas que ajudaram a unir o clero católico à campanha contra a ditadura militar e a favor dos direitos humanos. Além disso, muitos dos líderes católicos acreditavam que “Christianity is for peace, but it is no less for justice. And the societies that oppress and exploit are the least qualified to condemn revolutionary movements...” (cit. MacLean 51). Foi então com essa mentalidade que muitos dos líderes católicos seguiram em frente com o objetivo de ajudar o seu país com o grande desafio de derrubar a ditadura.

Com a luta da Igreja Católica no Brasil contra a repressão e o apoio cada vez maior do clero, o Papa Dom Paulo VI também passou gradativamente a dar conselhos aos líderes brasileiros. O Cardeal e Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns conta:

Devo lembrar que sempre relatei ao papa Paulo VI tudo o que fazíamos em favor dos presos e das pessoas perseguidas. Sempre fui ouvido e sempre recebi, da parte dele, um estímulo muito grande. Paulo VI sempre me dizia que é o próprio Evangelho que se defende quando se defende a dignidade humana ou os ideais dos direitos humanos. Este constante apoio por parte do pontífice foi fundamental para o prosseguimento do trabalho de defesa dos presos e perseguidos políticos, trabalho que muitas vezes não era compreendido por parte de setores da Igreja no Brasil (cit. Cancian 89).

Obviamente, a perseguição contra a Igreja e seus líderes aumentou ainda mais depois da Igreja receber mais ajuda e sustento dos seus líderes e também do povo. Na metade de 1972, muitas freiras e padres já haviam sido presos, torturados e até exilados. Embora tamanha perseguição, a Igreja continuou firme na luta e também a apoiar camponeses no Norte e no Nordeste do país (Mainwaring 92). “Essa instituição histórica que, em outras circunstâncias, poderia ser um dos pilares do governo, milita para mudá-lo ou substituí-lo. No nível do macro, não há dúvida de que a Igreja causa impacto, pelo menos por advogar outros modelos socioeconômicos e encorajar grupos e organizações independentes a se oporem, também, ao regime” (cit. Cancian 20).

Durante o período de 1969-1975, muitos grupos populares e da Igreja Católica começaram a ser organizados para protestarem e lutarem contra a repressão e a tortura. As Comissões de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (conhecida como CJP-SP) foi uma organização criada por iniciativa do Cardeal e Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns. Os membros reuniam-se mensalmente para ouvir relatos de violência política, desaparecimentos, torturas,

prisões e perseguições. Os problemas mais graves eram enviados para o Cardeal e Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns “que se dispunha a comparecer com frequência aos órgãos de repressão e aos presídios e a interceder diante das autoridades responsáveis em defesa das pessoas que estavam em situação crítica” (Cancian 76). Depois de agrupar as informações dos depoimentos das vítimas, o CJP-SP divulgava as denúncias da seguinte maneira:

[...] correspondências, sob a forma de representações, telegramas e ofícios, endereçadas a diversas instâncias do Poder Público solicitando a libertação de prisioneiros detidos ilegalmente ou exigindo informações sobre o paradeiro de determinada vítima da repressão ou, ainda, protestando contra práticas de tortura a que eram submetidos prisioneiros políticos nas dependências dos órgãos de repressão (Cancian 85).

Tudo isto era feito com o objetivo de manifestar ao Governo que o CJP-SP sabia das práticas de repressão que aconteciam diariamente. Por causa da pressão feita pelas Comissões, muitas pessoas foram salvas de torturas e até da morte, que é o caso do sociólogo Vinícius Caldeira Brant. O Cardeal e Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns comentou a respeito:

Fizemos uma intervenção muito dramática, chegamos até a ameaçar o próprio general-chefe e todos os torturadores do órgão. Pelo telefone eu relatei ao general a existência de uma lista contendo os nomes de todos os agentes envolvidos. Em seguida, eu citei, um a um, os nomes dos agentes, ele ficou impressionado pelo fato de nós sabermos os nomes dos torturadores e que nós iríamos publicar a lista para o mundo inteiro. Essa postura certamente evitou que a prisão de Vinícius tivesse um desfecho trágico (cit. Cancian 86).

Assim, o CJP-SP foi capaz de salvar muitas pessoas e também de ajudar outras a encontrarem os seus familiares, ouvir seus depoimentos, dar apoio e ajudá-los a lutarem pela justiça dos seus direitos.

Nos anos 70, o Papa João XXIII pediu para que igrejas da Europa e dos Estados Unidos se disponibilizassem para ajudar a América Latina e assim, muitos líderes da Igreja Católica se mudaram para vizinhanças mais pobres do Brasil. No entanto, as mulheres católicas foram de grande influência e ajudaram muitos brasileiros a se organizarem para lutarem contra a ditadura.

Maria da Glória fala sobre essa influência:

Everybody here (in Vista Alegre) owes everything to some Italian Catholic nuns who visited when the CJ (youth center) was established. They prepared the ground for CJ, gave me the documentation and said, “Now you do it.” I said, “Do what?” I had no idea what to do. They showed us how to struggle, to become politically active, and set our heads straight in terms of independence. We owe everything to them (cit. Ottman 55).

Muitas das freiras estrangeiras apoiaram as lutas locais e pregavam que os brasileiros deveriam fazer algo contra a repressão e a favor de um país democrático.

Frei Betto é um dos intelectuais mais respeitados do Brasil hoje. Nos anos 60 e 70 ele participou e até organizou muitos movimentos sociais por todo o Brasil e também ajudou dissidentes a escaparem do país por estarem sendo perseguidos pelo governo ditador. Devido a essa ajuda e confrontos contra o governo, ele foi preso duas vezes. Seu livro Batismo de sangue (1987) conta detalhadamente sobre as dificuldades que passou junto com outros frades dominicanos durante a ditadura militar e como prisioneiro. Neste mesmo livro, Frei Betto conta a história de Frei Tito, as torturas pelas quais passou e o seu suicídio devido a perseguições psicológicas causadas pelas atrocidades dos militares brasileiros.

A história de Tito de Alencar Lima começou em 1945. Nascido em Fortaleza, no Ceará, Frei Tito era o caçula de onze irmãos e cresceu indo à escola dos jesuítas. Quando jovem se mudou para Belo Horizonte para continuar seus estudos e mais tarde passou a residir no

convento das Perdizes, na cidade de São Paulo, onde passou a estudar Filosofia na Universidade de São Paulo (USP). Foi na sala de aula que Frei Tito passou a se envolver com os movimentos estudantis e até conseguiu um lugar em Ibiúna para a primeira reunião do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1968. No dia do evento, a polícia militar encontrou os jovens reunidos, Frei Tito foi preso, mas passou pelo Departamento da Ordem Pública e Social (DOPS) sem que descobrissem o seu envolvimento religioso. No entanto, em 1969, foi capturado pelo delegado Fleury², quando esse invadiu o convento onde estava hospedado. Depois disso, Frei Tito passou por uma série de torturas mentais e físicas incansáveis, que foram descritas por ele mesmo, enquanto estava preso:

Ao chegar à Oban³, fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiam para que eu “confessasse”. Pouco depois levaram-me para o pau-de-arara. Dependurado, nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo Capitão Maurício. Davam-me “telefones” [tapas nos ouvidos] e berravam improperios. Isso durou cerca de uma hora. Decansei quinze minutos ao ser retirado do pau-de-arara. O interrogatório se reiniciou. As mesmas perguntas, sob cutiladas e ameaças. Quanto mais eu negava, mais fortes as pancadas. A tortura, alternada de

2 Sérgio Paranhos Fleury, trabalhou para o DOPS onde construiu a sua biografia de torturador e símbolo das atrocidades ocorridas nos porões da ditadura. Foi o mais famoso torturador durante a ditadura militar e um dos grandes chefes do Esquadrão da Morte, polícia do Rio de Janeiro. Angélica Santa Cruz, “No coração do lobo”, VEJA 1 março 1995: 34

3 Operação Bandeirantes: foi criada em 29/6/1969, na tentativa de centralizar as atividades de combate às crescentes ações da guerrilha urbana em São Paulo, uma iniciativa conjunta do 2º Exército e da Secretaria de Segurança Pública do governo Abreu Sodré. Por não constar nenhum organograma do serviço público, tinha caráter extralegal. O lugar tornou-se o mais famoso centro de tortura do Brasil naqueles tempos, só se igualando ao quartel da Polícia do Exército do Rio, na rua Barão de Mesquita. (Kushnir, 366.)

perguntas, prosseguiu até as vinte e duas horas. Ao sair da ala, tinha o corpo marcado de hematomas, o rosto inchado, a cabeça pesada e dolorida. Um soldado carregou-me até a cela 3, onde fiquei sozinho. Era uma cela de 3 x 2,5 metros mas cheia de pulgas e baratas. Terrível mau cheiro, sem colchão e cobertor. Dormi de barriga vazia sobre o cimento frio e sujo (Betto 190).

Muitos outros depoimentos de Frei Tito com descrições ainda mais fortes podem ser encontrados no livro Batismo de sangue. Em outra sessão de torturas pelas quais ele passou, ele escreveu:

Durante cinco horas apanhei como um cachorro. No fim, fizeram-me passar pelo “corredor polonês”. Avisaram que aquilo era a estréia do que iria ocorrer com os outros dominicanos. Quiseram deixar-me dependurado toda a noite no pau-de-arara. Mas o capitão Albernaz objetou: “Não é preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar, será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia (194).

De fato Frei Tito nunca mais as esqueceu. Depois de seu nome aparecer na lista de presos que deveriam ser soltos durante o sequestro de um embaixador suíço, Frei Tito foi exilado e resolveu ir morar na França. Lá, as perseguições mentais pelas quais ele passou duraram anos. Frei Betto relembra:

Durante os primeiros seis meses, sente-se bem, relacionando-se sem dificuldades com as pessoas. Aos poucos, entretanto, ressurgem os sinais das torturas que sofrerá, estigmas psíquicos de uma subjetividade conflitada, a introjeção depressiva alternando-se aos momentos de euforia. Sua personalidade avariada exigia tratamento psiquiátrico. Apesar da dedicação dos médicos, os fantasmas não se apagam: a mente atordoada de Frei Tito projeta sobre Paris a imagem onipresente da repressão brasileira, o rosto diabólico do

delegado Fleury aparece-lhe entre as folhas do Jardin des Tuilleries, dentro de cada vagão do metrô há um homem do DOPS, todo cuidado é pouco e a desconfiança obsessiva recomenda a Tito marcar *pontos* para poder encontrar seus amigos brasileiros condenados ao exílio. Não seria o Arco do Triunfo um monumento ao pau-de-arara? A terapia parisiense não conseguia colar os pedaços de sua interioridade quebrada, como renunciara o capitão Albernaz. A Torre Eiffel erguia-se como um gigantesco eletrodo (203).

No dia 10 de agosto de 1974, Frei Tito é encontrado enforcado, em uma árvore. Suicidara-se. Enquanto estava preso, sempre foi fiel aos seus companheiros e nunca confessou nada do que sabia sobre a oposição. Devido à sua crença em Deus e à sua constante luta a favor dos Direitos Humanos, Frei Tito se tornou um mártir para muitos e um grande exemplo para os seus colegas e companheiros.

Ainda na prisão Tiradentes, Frei Tito não teve medo de reportar para o mundo as suas experiências com a tortura. Seu relato apareceu pela primeira vez em um jornal da Alemanha chamado *Publik*, em que no último parágrafo de seu depoimento, ele alerta:

É preciso dizer que o que ocorreu comigo não é exceção, é regra. São raros os presos políticos brasileiros que não sofreram torturas. Muitos, como Schael Schreiber e Virgílio Gomes da Silva, morreram na sala de torturas. Outros ficaram surdos, estéreis ou com outros defeitos físicos. A esperança desses presos coloca-se na Igreja, única instituição brasileira fora do controle estatal-militar. Sua missão é defender e promover a dignidade humana. Onde houver um homem sofrendo, é o Mestre que sofre. É hora de nossos bispos dizerem um BASTA às torturas e injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde. A Igreja não pode omitir-se. As provas das torturas trazemos no corpo. Se a

Igreja não se manifesta contra esta situação, quem o fará? Ou seria necessário que eu morresse para que alguma atitude fosse tomada? Num momento como este, o silêncio é omissão. Se falar é um risco, é muito mais um testemunho. A Igreja existe como sinal e sacramento da justiça de Deus no mundo... Faço esta denúncia e este apelo a fim de que se evite amanhã a triste notícia de mais um morto pelas torturas (Betto 199).

Em 1970, este mesmo depoimento recebeu um prêmio da revista norte-americana *Look*, e foi traduzido para dezenas de línguas. Esta atitude de Frei Tito foi considerada por muitos dos seus companheiros um ato de grande coragem. Como diz a inscrição no seu túmulo na França, ele lutou “pela libertação dos seus irmãos” até o fim.

É importante lembrar que as declarações de Frei Tito sobre os atos que ele sofreu pelos militares e o livro de Frei Betto, Batismo de Sangue, ainda são importantes para nós hoje porque eles constituem a história do Brasil através da memória. Através de seus depoimentos, o Brasil pode saber hoje o que aconteceu no passado e aprender mais sobre a justiça, os Direitos Humanos, a democracia e até o patriotismo. Esta obra pode ser vista como um testemunho vivo de uma realidade brasileira que talvez já tenha acabado, mas que ainda traz consequências para o país e muitos brasileiros.

Assim como o Frei Tito, existiram muitos outros líderes e discípulos católicos que fizeram todo o possível para que o regime militar fosse eliminado do país. Desta forma, a Igreja Católica teve um papel essencial e muito importante na luta contra essa repressão militar. Foi com sua ajuda e apoio que muitos brasileiros puderam abrir os olhos para a realidade e agir a favor do que era justo. Além disso, foi com a ajuda da Igreja que muitos prisioneiros puderam ser salvos da morte, ser soltos da prisão e também encontrar refúgio contra as muitas perseguições do governo. A sua ação talvez não tenha sido revolucionária, mas causou um grande impacto e

ajudou a influenciar o Brasil a lutar por um país democrático, sem censura, torturas e mais dignidade humana.

Da mesma forma que o livro de Frei Betto Batismo de sangue adiciona à história brasileira experiências, traumas e verdades em forma de depoimento e memória, no segundo capítulo deste trabalho uma análise histórica e literária será feita sobre a literatura de ficção e resistência, escrita durante a ditadura militar e por autores que a vivenciaram. No entanto, suas obras são escritas através de metáforas devido à censura, e através do estudo destas será possível entender a sua importância para a literatura brasileira, mesmo tendo sido escritas em outras circunstâncias e em um estilo literário diferente.

Capítulo II: O Realismo Mágico como forma de resistência durante a ditadura militar

O Ato Institucional 5, decretado em dezembro de 1968, representou a consolidação da ditadura militar no Brasil. Durante os próximos dez anos os brasileiros viveriam os “anos de chumbo,” com a censura se fortalecendo a cada dia e perseguindo jornalistas, estudantes, padres e guerrilheiros. Assim, brasileiros não podiam se expressar abertamente. Por isto, a mídia viveu uma constante luta contra a ditadura, tentando falar a verdade da maneira mais direta possível, mas muitas vezes sofrendo consequências severas.

Portanto, devido à constante perseguição da censura, escritores e literários tiveram que encontrar uma maneira diferente para transmitir as informações que queriam. Silviano Santiago explica:

A censura às artes e a repressão ao escritor, decretadas e postas em prática por regimes ditatoriais ou totalitários, são duas das formas mais exigentes de negação da necessidade de literatura e de afirmação da necessidade de informação. A literatura passa para um nível secundário. Não foi diferente o que aconteceu durante a vigência do recente regime militar. No momento em que os meios de comunicação de massa foram proibidos de informar a sociedade sobre o que realmente estava acontecendo, o texto não precisava ser literário, bastava que veiculasse a informação justa e necessária (40).

Muitos escritores então decidiram que a melhor maneira de enfrentar a censura era a de não desistir. Não importava como a mensagem fosse escrita, ela apenas precisava “torna[r]-se instrumento de alerta e conscientização do cidadão” (Santiago 40). Assim, surgiu durante a ditadura militar latino-americana um estilo literário chamado “realismo mágico,” que tinha por objetivo falar da repressão militar através de metáforas e parábolas.

O realismo mágico

O “realismo mágico” foi um termo usado pela primeira vez em 1925 por um crítico alemão chamado Franz Roh. No entanto, esse termo passou a fazer parte da literatura pela primeira vez na América Latina nos anos 60 através de Júlio Cortázar, Mario Vargas Llosa e Gabriel García Márquez. Na verdade, muitos escritores, historiadores e críticos literários acreditam que o começo do realismo mágico aconteceu “cuando la narrativa latinoamericana inicia una transformación notable y busca el camino de su propia identidad” (Bautista Gutiérrez 13). Assim, o realismo mágico é considerado uma expressão autêntica que os latino-americanos já procuravam havia muitos anos.

Primeiramente, é importante entender as características do realismo mágico. De acordo com Álvaro Lins, alguns aspectos deste gênero literário são:

intuición que penetra el conocimiento de la realidad íntima y misteriosa... los actos de observación e intuición son llevados a cabo en el mundo de la psicología, del sueño y de la imaginación donde no existen límites... en vez de ser escondida, la realidad presentada es elevada a planos más hondos, hacia las fronteras entre lo que existe de hecho y lo que existe debido a la acción de la imaginación; como producto de la eliminación de éstos límites proviene una fusión de dos mundos que resulta en una rara realidad mágica (cit. Bautista Gutiérrez 14).

Podemos encontrar essas mesmas características no livro de contos dos brasileiros Murilo Rubião chamado O pirotécnico Zacarias (1974) e no de José Jacinto Veiga chamado A estranha máquina extraviada (1967). O motivo pelo qual essas obras foram escritas pode ser explicado pelo cubano José Antonio Portuondo, que disse que “el realismo mágico es una postura ante la realidad, surgida por el choque del escritor con sus propias circunstancias” (cit. Bautista

Gutiérrez 15). Johnny Payne também diz que os escritores de ficção da América Latina “were struggling through a repressive silencing of the social sphere as a whole, where the legal possibilities of speech were almost nil” (cit. Schroeder 25). Assim, este gênero literário na América Latina é muitas vezes ligado à repressão política em meados do século XX: “Indeed, many writers use the conventions of Magical Realism to write quite directly about the extreme political conditions under which they exist. If they cannot freely criticize political and social oppression, their metaphors and hyperbole serve to express their sentiments” (Magic Realism 6). Desta forma, devido à época em que José J. Veiga e Murilo Rubião escreveram os livros citados acima, através de uma análise dos contos “O homem do boné cinzento” e “O bom amigo Batista” de Murilo Rubião, e de “A estranha máquina extraviada” de José J. Veiga o leitor facilmente os identificará com o período de grande repressão política e social no Brasil, o da ditadura militar, o que veremos nas próximas páginas deste capítulo.

Murilo Rubião

Eugênio Murilo Rubião é considerado o maior autor de realismo fantástico, também chamado de Realismo Mágico, no Brasil. De acordo com Antônio Cândido, Rubião “elaborou os seus contos absurdos num momento de predomínio do Realismo Social, propondo um caminho que poucos identificaram e só mais tarde outros seguiram” (“O papel do Brasil na nova narrativa” 111). Assim, Murilo Rubião foi um precursor para o famoso escritor José J. Veiga que hoje também é considerado um dos maiores autores deste gênero. Nas obras de ambos os autores é usado um vocabulário simples e claro com o objetivo de causar um certo estranhamento no leitor através de histórias absurdas, surreais e sobrenaturais e em que cabem ao leitor escolher um sentido realista, ou não, para o final da história. Murilo Rubião nasceu em Minas Gerais em 1916. Quando jovem, fez faculdade de Direito em Belo Horizonte e a concluiu em 1942. Por sempre se

interessar por jornalismo, trabalhou como redator para a Folha de Minas e também como diretor para a Rádio Inconfidência. Depois de lançar o seu primeiro livro de contos, começou o seu trabalho na área da política, como assessor. Alguns anos depois trabalhou para Juscelino Kubitschek, na época governador de Minas Gerais, como chefe do gabinete. Nos anos 60, foi pedido que ele organizasse a parte literária do jornal O Estado de Minas Gerais, um dos mais bem conceituados órgãos de imprensa cultural do Brasil. Quando Rubião lançou o seu segundo livro de contos chamado O pirotécnico Zacarias, o livro foi considerado a maior representação e interpretação do realismo fantástico da literatura brasileira.

Uma das fortes características do Realismo Mágico é que “the ‘unreal’ is described in such clear-eyed and extensive detail that it can be incorporated into an expanded version of the ‘real’” (Magic Realism 4). Assim, no conto “O homem do boné cinzento” de Murilo Rubião, podemos claramente encontrar este aspecto da literatura fantástica. O conto é extremamente intrigante, no entanto, ao ser estudado mais profundamente é possível relacioná-lo à ditadura militar. A estória começa com Roderico descrevendo a sua vizinhança antes do homem de boné cinzento, chamado Anatólio, chegar. Ele diz que o lugar era muito tranquilo e calmo, as crianças brincavam na rua e todos eram felizes. Quando o homem de boné cinzento chega, as coisas mudam. A mudança do homem causa um verdadeiro rebuliço, com muito barulho e caixas. Artur, o irmão de Roderico, logo percebeu que havia algo estranho e começou a observar o vizinho todos os dias. O homem agia de forma estranha, entrava e saía de casa sem que ninguém percebesse e um dia recebeu a visita de uma mulher, que ficou com ele por muitos meses. Um dia, ela foi embora e Anatólio começou a ficar transparente até que vomitou duas vezes, cuspiu, incendiou-se e só sobrou a sua cabeça, coberta pelo boné cinza. O mais interessante, no entanto, foi ver que logo depois Artur começou a diminuir e se transformou numa bolinha negra.

Existem muitas maneiras de interpretar o conto acima. Uma delas é a de assumir que o homem de boné cinzento era um idealista, que lutava contra a ditadura militar devido à sua clandestinidade, porque era assim que muitos guerrilheiros precisavam agir para que os militares não os descobrissem. Mas, ele acaba sendo encontrado pela mulher, que pode ser vista como os militares. Ela fica dentro da casa de Anatólio por muito tempo, provavelmente o interrogando e o torturando. Depois disso, as mudanças físicas que acontecem no homem passam a ser mais drásticas, ele passa a ficar transparente. Podemos ver essa transparência como uma forma de aniquilar os que estavam contra a ditadura militar, afinal, era isso mesmo que acontecia, muitos desapareciam, muitos eram mortos ou até exilados. Antes do homem se incendiar, ele vomita. Esse ato pode ser interpretado como as últimas informações que ele poderia ter dado para os militares antes de morrer ou ser aniquilado. Depois disso só sobram poucos vestígios. Na época da ditadura militar, muitos parentes e amigos eram presos pelos militares porque eles poderiam ter informações sobre o envolvimento de pessoas contra o governo. Porque Artur havia observado Anatólio por tanto tempo, ele também já sabia mais do que deveria e não foi morto, mas foi transformado em uma bolinha, que é algo insignificante, algo pequeno, algo que quase não podemos ver. E essa bolinha negra sai rolando, isso quer dizer, ela vai para algum lugar, ou é exilada e no lugar do exílio ela é pequena, mas ela ainda é negra, ela ainda pode ser perigosa. Esse é apenas um exemplo de muitos outros contos de Murilo Rubião em que através de elementos misteriosos, absurdos e até irrealistas o leitor pode de alguma forma ligar as informações à sua realidade e chegar à sua própria conclusão.

No Realismo Mágico da literatura brasileira, todos os detalhes dados são importantes e têm um significado. Por isto, é importante notar os nomes dos personagens e as cores que Murilo Rubião escolheu para colocar no conto que acabou de ser analisado. A começar pelo nome

“Artur”, lembramos do Rei Artur, uma figura da história britânica que virou lenda. Sabe-se que o Rei comandou a defesa do país contra invasões saxônicas na região. De acordo com a análise e interpretação feitas sobre o conto de Murilo Rubião, o personagem Artur talvez tenha procurado por mais informações sobre Anatólio para que pudesse proteger a sua vizinhança, pois antes da chegada de Anatólio, tudo era tranquilo onde moravam, mas depois acabaram sendo afetados pelo comportamento esquisito do vizinho. O nome “Anatólio” será analisado mais detalhadamente alguns parágrafos abaixo. Além do significado dos nomes, vale a pena mencionar a cor cinza que sempre aparece no conto. O cinza, no realismo mágico brasileiro, pode representar uma nuvem ou neblina em que não sabemos exatamente o que está acontecendo, no entanto, é uma cor que caminha para o preto, ou a morte que é o que acontece no final da estória. O conto também cita que “a fumaça tirava baforadas do cachimbo” (12) e “incendiou-se. Restou a cabeça, coberta pelo boné. O cachimbo se apagava no chão” (15). Todos esses trechos são avisos sobre a morte de Anatólio e logo depois o quase desaparecimento de Artur.

Outro aspecto interessante sobre “O homem do boné cinzento” e muitos dos contos de Murilo Rubião são as escrituras bíblicas que ele coloca antes de começar as suas estórias. No conto que acabamos de analisar, o autor usou a escritura em Daniel 4:1 que se refere a Nabucodonosor e diz o seguinte: “Eu, Nabucodonosor, estava sossegado em minha casa, e florescente no meu palácio.” Nos versículos seguintes da Bíblia, Nabucodonosor começa a contar um sonho que ele teve em que ele iria sofrer muito para aprender uma lição. Murilo Rubião possivelmente escolheu este versículo para preparar o leitor, mostrando que tudo estava indo bem na vizinhança de Artur e Roderico, mas, algo ruim estava para acontecer. Nos contos de Murilo Rubião, as epígrafes bíblicas sempre estão relacionadas ao assunto que será tratado:

[...] as epígrafes constituem não somente um aspecto formal do texto, mas carregam, de alguma forma, a essência semântica do conto, mesmo que, às vezes, ela permaneça enigmática. E, por sua natureza profética, a epígrafe aponta para o futuro, um futuro que, na obra do autor, nunca será concretizado: estabelecem-se o círculo e o infinito (Aleixo 189).

Esses versículos bíblicos também podem mostrar ao leitor que se ele acredita nas histórias contadas na Bíblia, que muitas vezes também parecem conter um realismo mágico, ele poderá acreditar nos próprios contos de Murilo Rubião. Eliane Zagury explica “A unidade da obra de Murilo Rubião é indiscutível. Tanto que foi possível enfeixá-la sob uma epígrafe: ‘Coisas espantosas e estranhas se têm feito na terra. *Jeremias: C. V., V. 30*’” (cit. Aleixo 189). Portanto, o objetivo de Murilo Rubião é manter a forte característica do realismo mágico, que é o de acentuar o enigmático, “a palavra de Murilo Rubião não é mera transposição de significados bíblicos, ele se apodera do discurso da Bíblia, o descontextualiza e o transforma em uma camada subjacente à narrativa” (cit. Aleixo 192). Assim, através de passagens bíblicas, o autor apoia o fantástico e não nega que a sua história possa ser verdadeira, afinal, na Bíblia podemos encontrar a origem de acontecimentos estranhos e até fantásticos.

Mas de que maneira o nome “Anatólio” se encaixa nas interpretações feitas acima? Este nome se tornou uma variação do nome “Anatólia” que é na verdade o nome de uma região na Turquia que antigamente fazia parte do reino de Nabucodonosor. O rei da Babilônia salvou os egípcios da escravidão na Síria. Assim, através da interpretação feita do conto, Anatólio também deveria ter o mesmo objetivo, “salvar” os brasileiros da “escravidão” da ditadura militar porque ele fazia parte da resistência brasileira, os que eram contra os militares e a ditadura.

Outro conto de Murilo Rubião que faz uma grande referência a ditadura militar é o conto

“O bom amigo Batista”. José desde pequeno era alertado por sua família sobre o seu amigo João Batista. Esse sempre copiava as tarefas de escola de José, comia do seu lanche e quando José se machucava, seu amigo João nunca o ajudava. No entanto, José não dava ouvidos a ninguém, ele acreditava que João era um bom amigo, não conseguia ver nada de ruim nos atos dele. Os dois foram crescendo e as críticas continuaram, mas José até deixava de ter um bom trabalho para dar preferência ao seu amigo João Batista. Até que ele se casou com Branca, mas ela quando via o que seu marido fazia a favor de João Batista ficava muito brava. Até que um dia José se cansou disso e resolveu fazer de conta que estava louco. João Batista não demorou a colocá-lo num hospício. Quando ele saiu de lá, Branca estava envolvida com seu amigo, mas ao invés de José ficar bravo e revoltado com ele, o chamou de “pobre amigo” e o inocente da estória.

Os nomes que Murilo Rubião escolheu para os personagens do conto acima são muito importantes, assim como a epígrafe bíblica no começo da estória. João Batista foi o homem que preparou o caminho para o nascimento de Jesus Cristo. No conto, João foi aquele que preparou e usou táticas para que a ditadura militar fosse estabelecida permanentemente no Brasil. José pode ser o “José” de Carlos Drummond de Andrade, um ninguém. No conto, José pode representar o brasileiro sofredor e alienado, que acredita que o governante faz o melhor para o povo e não consegue perceber o que está realmente acontecendo no país. E este fato foi muito comum durante a ditadura militar, muitas pessoas só foram entender o que realmente aconteceu muitos anos depois, outros até hoje negam que houve uma ditadura brasileira. José não conseguia ver as verdadeiras intenções de Batista enquanto esse só se aproveitava dele. No entanto, quando João Batista viu um ato de seu amigo que poderia ser perigoso para o seu bem-estar, o colocou num hospício. Isto é, muitas pessoas na época da ditadura eram presas e torturadas por um ato quase insignificante e sem saber por quê. No entanto, qualquer coisa que o povo fizesse para que o

governo se sentisse ameaçado, era preso. No conto também temos a personagem Branca, que é a esposa de José. A cor branca na cultura brasileira significa a paz. De acordo com o Dicionário Silveira Bueno, a cor branca significa “alvo, claro”. Branca via claramente o que estava acontecendo entre José e João Batista e ela quer a paz ou até a justiça ao ver que o que seu marido, José, fazia a favor de João não era correto. Entretanto, Branca sabia que João poderia ser um perigo, mas ele acaba convencendo-a para ficar ao seu lado. Assim, ela estabelece a paz, já que está a favor do governo militar e ao lado dele não passará por torturas, fato este muito parecido com o que está registrado no livro Tiradentes, um presídio da ditadura (1997). Para que um grupo de homens fosse libertado da prisão, eles foram até a televisão e falaram a favor do governo e que eles não haviam sido maltratados e assim, depois de saírem da prisão eles passaram a trabalhar a favor dos militares. Desta forma, eles pensaram apenas na sua paz própria e resolveram que era melhor ficar a favor dos militares do que contra, assim eles estariam sempre protegidos.

O versículo bíblico no começo do conto “O bom amigo Batista” diz, “Bem-aventurados os mansos: porque eles possuirão a terra.” José era um homem extremamente manso. De acordo com o Dicionário Silveira Bueno, a palavra “manso” significa “de gênio brando, ou índole pacífica, sereno, sossegado, que não faz barulho, domesticado.” José, em nenhum momento lutou contra o seu amigo, para que assim vivesse sua vida em paz nesta terra. É interessante ver que esta palavra também significa “domesticado”. Provavelmente os militares viam os brasileiros assim, fáceis de lidar e de criar. Quando animais são domesticados, eles agem da maneira que o seu dono os manda e eles não pensam. Foi isso que João Batista fez com o seu amigo José e a ditadura militar fez com muitos brasileiros, “façam o que eu mando e não questionem nada.”

José J. Veiga

José Jacinto Veiga nasceu em uma cidade do interior do estado de Goiás, em 1915. Cursou Direito no Rio de Janeiro, foi locutor de rádio e mais tarde trabalhou para a Rádio BBC fazendo transmissões para o Brasil e Portugal. Apenas quando tinha 44 anos, em 1959, ele começou a sua vida literária com o lançamento do seu primeiro livro chamado Os cavalinhos de platiplanto. Em uma entrevista para a Veja em 1982, o entrevistador lhe perguntou se a constante angústia que existe em seus livros fazia parte da sua visão do mundo e do futuro, o autor respondeu:

[...] de certa forma faz, já que lido com os sentimentos infantis, com os primeiros choques, com a realidade do mundo. As pessoas têm medo quando começam a descobrir o mundo. Mas a angústia existente nos meus livros também é resultado do clima político e social que sempre enfrentei depois de adulto. Na minha geração nunca houve uma época prolongada de liberdade, de euforia para realizar as coisas, a não ser no tempo de Juscelino Kubitschek, que foi um período muito curto. O resto foi sempre ditadura (Vargas 6).

Ao decorrer da entrevista, o autor fala um pouco mais sobre o clima político opressivo no qual o país vivia e que está relacionado com as suas obras, ele diz:

Sempre que acabo um livro, acho que o próximo terá outro tom. Mas até hoje não foi possível mudar. Este novo [livro] é a mesma coisa porque tenho que reproduzir aquilo que me preocupa. Eu uso isto como uma espécie de terapia, para botar para fora e me preservar. Aquele Mundo de Vasabarros trata de um feudo, um pequeno local muito fechado, com um regime um tanto parecido com o que temos tido (6).

Assim, é possível perceber que um tema que constantemente preocupava José J. Veiga era o da opressão política e o da ditadura militar no Brasil e o conto seguinte dele que será analisado e estudado mostrará que ele usa o fantástico para descrever e criticar esta época.

Uma outra característica forte do Realismo Mágico é que o estilo reconhece o seu desafio à versão padrão da realidade e então se torna metaficcional e auto-reflexivo. Malcolm Silverman fala que nos contos de José J. Veiga:

[...] há uma persistente tendência de questionar os parâmetros filosóficos das realidades universais, bem como parodiar, na verdade parabolizar, a repressão e a opressão brasileiras desde 1964. O estilo limpo e enganosamente simples do autor reúne, em vários graus, o regionalismo (de Goiás), a introspecção sombria, atmosfera asfixiante e uma fantasia enigmática que prova ser mais satírica que escapista. Seu estilo se inclina na direção de um desenvolvimento rudimentar da trama, poucos personagens individuais e uma contenção estrutural dentro de um estilo lacônico— todos apontando rotineiramente para fábula política (350).

No conto “A estranha máquina extraviada” de José J. Veiga, também podemos encontrar uma alegoria muito interessante à ditadura militar e auto-refletir sobre o que aconteceu aos brasileiros naquela época, quando a ditadura foi implantada no país. Neste conto, o narrador conta sobre a chegada de uma “máquina imponente, que está entusiasmando todo o mundo” (Veiga 90). Todos no sertão só falavam sobre a máquina e apenas os políticos brigavam por causa dela. A chegada da máquina havia sido em um dia tranquilo e como qualquer outro, quando todos faziam normalmente as suas tarefas diárias. No entanto, a presença de algo estranho e diferente, mas que não era cuidado por ninguém, logo se tornou imponente e brilhante. Em pouco tempo a máquina

passa a ser uma figura de reverência e os moradores logo se tornam dependentes de algo estranho e inútil. O narrador também conta que o vigário era a única pessoa que não prestava reverência à máquina. Além disso, ele menciona que apenas haviam tido um acidente grave na cidade com a máquina, e que havia sido com o caixeiro da loja. Apesar dele ter prendido uma das pernas na engrenagem da máquina a preocupação dos moradores não era com os ferimentos do homem mas com a máquina em si. O narrador comenta: “a máquina nada sofreu, felizmente” (93). O homem então perde a perna e o emprego, e passa o seu tempo ajudando a conservar a máquina. Assim, o maior medo dos moradores da cidade era que alguém de fora chegasse e colocasse a máquina para trabalhar.

O conto acima faz menções indiretas às torturas, sofrimentos e imposições da ditadura militar no Brasil. Ao lermos sobre a chegada da máquina na pequena cidade de uma forma normal e cotidiana, o leitor pode identificar o golpe de 64, que aconteceu praticamente de uma forma despercebida e que poucos deram atenção. No entanto, os cidadãos logo se tornam dependentes da ditadura militar, pois muitos viviam de forma alienada, achavam que o governo estava fazendo coisas maravilhosas pelo país e que tudo ia bem. O grande respeito que os moradores da pequena cidade tinham pela máquina é uma alusão ao temor suscitado pelo regime militar. O pequeno trecho em que o caixeiro perde a sua perna na máquina e passa a servi-la é uma representação “à reverência do poder militar em detrimento do bem-estar do povo” (Fernandes 3). Além disso, o fato do vigário não gostar da máquina pode se referir à Igreja Católica que era contra a ditadura militar e apoiava os grupos que lutavam para serem livres da repressão. E a passagem final do conto que se refere ao medo de muitos que alguém chegasse e colocasse a máquina para funcionar de verdade se refere ao propósito da ditadura militar e ao “milagre econômico” que na verdade não existia e era algo que não estava funcionando

corretamente e que não fazia sentido para aqueles que tinham uma perspectiva de fora e conseguiam entender o que estava acontecendo. Assim, algumas características do realismo mágico que podemos encontrar nesse conto são o natural e o absurdo (ato das pessoas adorarem uma máquina que elas nem sabem para que serve), o mistério, a perda da ordem do real e do simbólico e a dualidade. Maria Turchi diz que em “A estranha máquina extraviada”:

[...] o realismo mágico cede lugar a um aprofundamento no fantástico, seja oscilando para o alegórico, seja para o absurdo. É preciso ressaltar, contudo, que a narrativa de Veiga não aceita uma delimitação precisa de fronteiras; o que configura a linguagem literária do autor é o movimento oscilatório entre o real e o irreal, o cotidiano e o insólito, nos diferentes graus e modos (95).

Os contos de José J. Veiga são muitas vezes visto como fábulas e uma vez, quando perguntado por que ele usava uma linguagem tão simples, como se parecesse que estava contando histórias para crianças, José J. Veiga respondeu: “as fábulas não devem usar uma linguagem muito complicada. Usei a linguagem que me pareceu mais simples, mais despojada, pois não quero prender as pessoas pela linguagem, mas pelo conteúdo. Na verdade, não quero fazer literatura. Quero, apenas, escrever” (Vargas 6). Assim, vemos que talvez o autor tenha usado os seus contos apenas como válvula de escape para os problemas políticos que via naquela época e ao mesmo tempo, tentar alertar e informar as outras pessoas sobre a realidade brasileira através da ficção, do absurdo e do fantástico.

Conclusão

Ao ler os contos de realismo mágico hoje, dependendo das circunstâncias em que o leitor se encontra, muitas interpretações diferentes podem ser feitas. Para alguns leitores, os contos

podem até não fazer sentido nenhum. No entanto, ao saber em qual época eles foram escritos e exatamente aquilo que estava acontecendo no Brasil e outros países da América Latina durante aquele tempo, o leitor logo conseguirá fazer interpretações ligadas à ditadura militar. Assim, os contos fantásticos e mágicos são importantes para os brasileiros hoje porque ajudam a nova geração a procurar saber uma outra perspectiva sobre a realidade do passado e a entender o grande sofrimento e repressão pelas quais os jovens, adultos e até familiares testemunharam, por meio da arte e metáfora. Para a geração que sobreviveu à ditadura militar, a literatura do realismo mágico traz à lembrança e à memória um passado trágico mas de constantes lutas e esforços para que as gerações futuras tivessem um país democrático e mais justo. Silviano Santiago a explica da seguinte forma:

Os valores fortes da melhor literatura posterior ao regime de 1964 não deverão ser procurados nas circunstâncias históricas que coordenaram o contra-ataque revolucionário e organizaram a dissidência até o comício das “diretas já”. Devem ser procurados nos inequívocos resíduos trágicos que permanecem depositados nos melhores livros. Graças a eles, uma geração-- e também as seguintes--- aprendeu de uma vez por todas como, em nome da justiça, reagir à violência do poder institucionalizado e criticar os injustos mecanismos de mando. Saber reagir à centralização política abusiva e criticar as ordens indiscriminadas-- não importa em que mãos partidárias poder e lei estejam-- é uma lição de que não pudemos nos passar ontem, de que não podemos nos passar agora e em qualquer momento futuro (41).

Assim, o Realismo Mágico é um gênero literário que foi muito popular na América Latina nos anos 60. Portanto, tanto José J. Veiga quanto Murilo Rubião foram capazes de aplicar este gênero à literatura brasileira e usá-lo como uma forma literária de resistência devido à censura da

ditadura militar e também para representar um período do país que foi obscuro e de muitas injustiças. Através das metáforas utilizadas por eles, a história brasileira não foi escondida e nem esquecida, a realidade brasileira foi registrada através deles e não poderá ser apagada. Através de seus contos o leitor pode interpretar as críticas e as denúncias feitas pelos autores e aprender mais sobre a condição da sociedade brasileira na época e mais do que tudo, continuar construindo a realidade, a verdadeira história brasileira.

Capítulo III: A literatura de testemunho e os seus diferentes aspectos memorialistas sobre a ditadura militar brasileira

O tema do testemunho pode abranger muitas áreas de conhecimento. Algumas dessas áreas podem ser o da revelação e da afirmação da fé, ou a área do testemunho jurídico. No entanto, existe o testemunho ligado ao campo da psicologia que aborda o tema chamado “recovered memory” que estuda sobre o “ponto de vista comportamental e da narrativa da situação traumática” (Seligmann-Silva 72). Assim, na literatura nós podemos encontrar hoje o mesmo tema que é chamado de “literatura de testemunho” e que é ligado à psicologia. Esse gênero literário é usado para revisitar e retratar o testemunho daquilo que aconteceu na história, livrar-se de experiências traumáticas através de narrativas e também para construir a visão e outras possibilidades históricas. Os livros O que é isso companheiro?, de Fernando Gabeira, Em câmara lenta, de Renato Tapajós, e Memórias do esquecimento, de Flávio Tavares fazem parte deste gênero da literatura e tais textos expõem diferentes aspectos memorialistas ligados ao seu testemunho.

A memória e a literatura de testemunho estão inteiramente ligados. Portanto, primeiramente, é importante entender o que é a memória e como ela trabalha dentro da mente do ser humano. De acordo com o Novo Dicionário Aurélio, a palavra “memória” significa “faculdade de reter as idéias e conhecimentos adquiridos anteriormente; lembrança, reminiscência, recordação”. É interessante notar que a “memória relaciona-se com a dimensão do tempo passado, estabelecendo uma necessária interação entre o esquecimento (apagamento) e a preservação integral do passado” (Padrós 2). A memória é então uma ponte entre o passado e o presente que capta além de fatos e pensamentos, as emoções e os sentimentos associados às experiências do passado.

Conforme comprovado por vários estudos da área, as pessoas que passaram por experiências difíceis no passado e que as tiveram marcadas na memória, quando escrevem ou expressam os seus mais profundos sentimentos e lembranças sobre os fatos, se sentem melhor interiormente e descobrem mais sobre a sua própria identidade. Padrós diz que isso acontece porque:

[...] a memória passa a ser um fator fundamental de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos como desempenha, também, uma função importantíssima, tanto na preservação da experiência histórica acumulada, de valores e de tradições, como, em muitas situações, pretende ser a depositária da própria história (3).

Mas em qual momento da história começou essa noção de memória fortemente ligada à literatura de testemunho? A primeira aparição na história moderna foi:

[...] após o genocídio dos campos de concentração nazistas, quando aparecem relatos de sobreviventes. Esses relatos do Holocausto (Shoah), depois das imagens que reaparecem quando há alguma referência à Segunda Guerra, foram pensados como um gênero narrativo, que hoje se denomina ‘Literatura de testemunho’ (Souza 3).

Ligados a esse gênero literário estão os aspectos da tortura, compromisso da memória, o horror vivenciado e “uma tentativa de fazer com que outros compreendam o incompreensível” (Silva 48). Márcio Seligmann-Silva afirma que “a Literatura de Testemunho é a narrativa do trauma” (cit. Silva 48). Assim, este tipo de literatura é considerado uma confissão da experiência individual.

Outro momento recente em que o mundo foi exposto à literatura de testemunho aconteceu durante e também depois da ditadura militar que aconteceu em países europeus e da América Latina. De acordo com Seligmann-Silva, “o ponto de partida é constituído pelas

experiências históricas da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres, sendo que nos últimos anos também a perseguição aos homossexuais tem sido pesquisada” (86).

A literatura de testemunho da América Latina tem suas próprias características e têm vários objetivos, sendo um deles o de relatar o que se viu e quebrar o ciclo do silêncio. No caso da ditadura militar, esta quebra de silenciamento está inerente com a censura e tudo que foi imposto pelas circunstâncias da época. Valmir de Souza diz que “ao quebrar o ‘invisível’ (o silêncio), pretende-se tornar visível o que foi ocultado. Os relatos de torturados e vítimas em geral têm esse caráter de romper o silêncio para trazer à luz outra verdade sobre certos acontecimentos do passado. O 'reprimido' (o que foi silenciado) retorna sob a forma de testemunhos” (3). Malcolm Silverman completa dizendo que este gênero literário, que também pode ser chamado de “memorialismo político”:

é reconhecidamente um passo atrás, especialmente quando porta as “marcas” da tortura. Afinal de contas, sua meta declarada é expor, objetivamente, e em detalhes, vasos de violência física e psicológica envolvendo órgãos de repressão do governo. Assim o fazendo, diminui necessariamente ou até elimina, qualquer pretensão de atributos ficcionais (63).

Assim, para muitos, a experiência de escrever uma literatura de testemunho é uma relação entre o presente e o passado em que o memorialista procura encontrar sentido nas experiências vividas durante a ditadura militar, independente de seu país de origem.

O trauma em Renato Tapajós

O escritor Renato Tapajós nasceu em 1943 em Belém do Pará. Em sua terra natal era jornalista e crítico de cinema no jornal O Liberal. Na época de prestar o vestibular, optou por

engenharia e foi admitido no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), mas duas semanas depois desistiu e se envolveu com grupos interessados no cinema, no Instituto Politécnico. Nesta época, também fez documentários e hoje o autor escreve livros infanto-juvenis e trabalha com o cinema brasileiro.

Renato Tapajós foi o único caso de um escritor preso durante a ditadura militar por causa do conteúdo de um livro. O autor ficou preso no período entre 1969 até 1974 e em julho de 1977 foi preso novamente pela Polícia Civil do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) que alegava que o livro Em câmara lenta era “uma apologia do terrorismo, da subversão e da guerrilha em todos os seus aspectos” (Silva 14). Este fato causou uma repercussão muito grande na mídia e na sociedade, pois aconteceu na mesma época em que estava começando a abertura política no país. Muitos jornais publicaram protestos diários contra a prisão do autor assim como textos de abaixo-assinados com mais de 800 assinaturas que eram a favor da libertação de Renato da prisão, resultando na libertação do autor em setembro de 1977.

A obra Em câmara lenta foi escrito em uma discussão coletiva com colegas de cela enquanto o autor estava preso. Sandra Reimão alega que este livro “é o primeiro texto de memórias de ex-militantes políticos da década de 1960. A partir do fim da vigência do Ato Institucional número 5, o AI-5, em 31 de dezembro de 1978, e da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979, começa a surgir uma série de livros-depoimentos sobre o tema” (100). Algumas das características do livro incluem “[mescla de] discurso indireto, com discurso indireto livre, criando um fluxo de memória, em que o narrador pode estar tanto no passado como no presente, podendo, desta maneira, estar em cena ou ser onisciente, capaz de apresentar erros e acertos dos outros e seus próprios” (Silva 63). O drama central do livro é o tema da tortura. A narrativa se desenvolve em torno da vítima e personagem feminina central chamada Aurora Maria

Nascimento Furtado. Depois de um combate com a polícia, Aurora é presa, torturada e brutalmente assassinada com um instrumento muito comum usado pelos torturadores, a “coroa de Cristo”. É esse acontecimento que envolve a narrativa do livro até terminar em um clímax terrível que é o da sua morte, “a morte sob tortura dá o fio narrativo fundamental” (Filho 6). Como teor testemunhal, ao ler o livro de Tapajós é possível entender que o narrador escreve com os olhos de um guerrilheiro anônimo e que está conectado à memória de torturados, pessoas que foram presas e mortas pela ditadura. Além disso, por escrever enquanto passa por experiências difíceis, o seu texto tem um tom “sombrio, angustiado e de leitura difícil. Não há humor ou leveza em nenhum momento desse seu ‘romance-depoimento’” (5). Renato escreve como alguém que vai testemunhar suas experiências enquanto ele estiver vivo. Na visão de Mário da Silva, “a câmera lenta dos olhos do narrador transparece ao leitor numa estrutura de blocos narrativos, em que cada pedaço, cada parágrafo, compõe um edifício erguido em memória dos mortos e presos” (65). Devido a esse objetivo do autor, de falar pelos que já sofreram torturas e morreram, a obra de Tapajós tem como objetivo “apresentar um julgamento. De si, de outros, de todos” (65). Assim, é através de articulações entre o passado e o presente que Tapajós une a sua história de luta e revela o que realmente aconteceu com ele, com “ela” e com o grupo com quem convivia.

O título da obra de Renato Tapajós informa como será a sua narração, lenta e progressiva. De acordo com um estudo feito por Michael Pollak, as inúmeras voltas ao passado e a um acontecimento específico que a vítima faz na sua memória:

devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em

geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social, suas relações com os outros (14).

Este aspecto da memória é importantíssimo, pois dá mais credibilidade ao testemunho sendo feito. No caso de Renato Tapajós, o leitor pode perceber que o autor teve uma vida marcada por traumas e rupturas e que é difícil construir e colocar em ordem os acontecimentos pelos quais ele passou e até mesmo a sua memória. No entanto, é através dessa constante organização que ele procura dar ao seu testemunho que faz com que o leitor procure ouvi-lo, entendê-lo e assim, aceitar tanto o próprio Renato quanto as suas experiências dentro da sociedade novamente.

Renato Tapajós que conta a sua história, já não é a mesma pessoa que vivenciou os fatos sendo narrados. Na verdade, “o sujeito histórico é, na linha do testemunho latino-americano, um homem fora do tempo, deslocado, marginal, estranho ao tempo social” (Silva 67). O autor mesmo fala desse estranhamento e mudança no seu próprio livro, “o nosso gesto, morreu. Que a nossa perspectiva acabou. Que nós viramos dinossauros, entramos em extinção porque o mundo a nossa volta mudou. Não sei como e nem para onde. Mas mudou” (86). Além disso, o autor já não acredita mais nos seus objetivos como um guerrilheiro e idealista e por isso é preciso que “o leitor ‘suspenda a sua descrença’, ou seja, ainda que a escrita tenha sido realizada após o ocorrido e, portanto, corra o risco de estar contaminada pelo presente, o leitor é convidado a encontrar um fato real, mesmo que reconheça que o fluxo da consciência selecionou aquilo que fora narrado” (Perez 436). Assim, ao final do livro, o leitor entende de fato que a história contada são cenas reais, pois todos os detalhes fazem sentido e o narrador clandestino vem à tona

e também mostra que a personagem principal foi morta.

Na obra Em câmara lenta não há a narrativa de um autor exilado fisicamente. Na verdade, Renato Tapajós nunca foi banido do Brasil. No entanto, podemos usar o termo “exílio” para a sua narrativa por ele a ter escrito dentro de uma prisão. Mário da Silva diz que “há também o banimento do convívio social ou, ainda, a vivência do seu estranhamento numa ditadura” (110). Assim, foi dentro da cadeia que Tapajós se reconciliou socialmente e saiu da vida clandestina, pois quando fazia parte de guerrilhas e estava em liberdade, precisava viver escondido e não tinha contato com muitas pessoas. É muito interessante notar que tanto para Renato Tapajós quanto para Fernando Gabeira e Flávio Tavares, foi preciso estar isolado das massas para se voltar ao seu pensamento e também à sua memória.

Voltemos um pouco para a narrativa final de Renato Tapajós. A morte da personagem principal nos faz pensar se vale a pena ou não morrer pela causa idealista. Será esse o objetivo de Tapajós ao incluir essa cena no romance? Mário da Silva explica, “como mais um paradoxo proporcionado por Em câmara lenta, ‘matar é viver’ matar a personagem também é permitir que aquele sujeito histórico se recomponha da realidade, ao lado de outros, de outras frações geracionais” (113). Assim, o autor acredita que com a morte, existe a sobrevivência e até o fim da luta porque é através da revisão dos fatos em câmara lenta que ele entende melhor os erros que o levaram aos acontecimentos narrados. Ainda sobre o aspecto de narrar e entender melhor a sua própria história, Paloma Vidal diz que:

a recuperação da memória como possibilidade de entender o passado e atuar no presente é a grande questão do momento. Trata-se de uma tarefa em que estão em jogo o questionamento dos destinos da nação e a reconstrução de uma subjetividade esfacelada pela violência. Recomeçar a pensar o futuro depois de muitos anos de silêncio, a não ser

que queira simular a possibilidade de uma *tábula rasa*, equivale a voltar atrás e buscar um sentido para as experiências vividas nos anos de ditadura. (254)

Desta maneira, vemos que o papel da memória é importantíssimo em uma literatura de testemunho, porque é através dela que o escritor passa a entender melhor a si mesmo, a história e fatos que vivenciou e assim reconstrói a sua história particular.

A memória em Fernando Gabeira

Fernando Paulo Nagle Gabeira é mineiro de Juiz de Fora e nasceu em 1941. Foi jornalista e trabalhou para vários jornais como o Jornal do Brasil, O Dia, Zero Hora, Folha de São Paulo e para a TV Bandeirantes (Folha Online). Em 1960 ele se envolveu com o grupo MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) que tinha por objetivo derrubar a ditadura militar. Foi preso e depois exilado para o Chile e mais tarde para outros países da Europa por aproximadamente 10 anos. Ao voltar para o Brasil no final dos anos 70, Fernando lançou sua obra O que é isso companheiro? Desde seu retorno, ele tem se envolvido ativamente na política brasileira como deputado federal e como candidato para prefeito e governador do Rio de Janeiro.

O que é isso companheiro? é um dos livros de literatura de testemunho que mais foram vendidos no Brasil. Diferente de Tapajós, Fernando “contou sua rápida passagem pela esquerda armada como se lhe tivesse cabido observar as coisas de fora, opção que permitiu o tom bem-humorado do texto” (Filho 5). Além disso:

The narrative alternates between two basic mechanisms of identification, the “adventurous” passages are narrated as an adult would narrate his naughty behavior as a child – no self-critique, but no restatement of principles either, just sheer enjoyment at the peripeteia, with experience erased along with politics. The second principle of identification is cathartic. The descriptions of torture scenes, replete with sentimental and

emotional outpours, fully confident in language's potential of translating experience, make abundant use of abjection, only to return again to the superhero story, whose main protagonist emerges unscathed in the end (Avelar 65-66).

De fato, o sucesso do livro se deu devido ao bom humor do autor ao contar a sua própria história e também porque ele faz uma crítica à ambos lados da realidade daquela época: a realidade militar e a das guerrilhas. Podemos ver essa característica dele no seguinte trecho de sua obra:

Também eu era um produto dessa civilização. O inimigo, num certo sentido, dava a dimensão de minha estatura. Se ele estava afundado na pré-história, não era possível que eu tivesse os dois pés plantados na história; ainda mais que eu não acredito numa visão tão cristalina entre o bem e o mal. Nunca mais poderia pensar em ser brasileiro sem levar em conta essa realidade. Depois da PE da Barão de Mesquita, todos nós, inocentes ou não, ficamos horrorizados com o Brasil e com o ser humano (198).

Cláudio Coelho conta que enquanto Gabeira estava exilado, “ele teria adquirido uma postura crítica diante da esquerda, adotando uma posição bastante próxima da postura libertária que se desenvolvia no Brasil” (41). Este fato faz com que Gabeira não seja um narrador controlador, não tenha opiniões extremistas e não favoreça nenhum dos lados da sua narrativa e isto acontece porque ele não se lembra de tudo e por isso ele é aberto e sincero ao expor a sua opinião sobre o que presenciou durante a ditadura militar. Outro tom muito comum no seu relato é o da aventura. No entanto, a sua narrativa volta inúmeras vezes para os muitos aspectos da tortura, “o sadismo misturado à funcionalidade burocrática, a bestialidade anexada à trivialidade, as várias formas de desumanização do inimigo, a solidariedade entre os presos, o funcionamento de um aparelho de repressão que alternava suplícios e interrogatórios ‘científicos’” (Filho 6). Assim, a narrativa de Gabeira apesar de bem humorística e aventureira também trata de experiências dolorosas fazendo

com que o seu relato também tenha um equilíbrio emocional.

O que é isso companheiro? é um livro em que a própria identidade do autor está em questão. Além disso, o título também mostra que ao escrever a sua obra, o autor tem como objetivo encontrar uma reconciliação consigo mesmo, com outros militantes e até com a sociedade brasileira. Assim, uma característica da literatura de testemunho é envolver as pessoas aos fatos narrados, “o que era de fato imediato, pura informação jornalística ou histórica, se particulariza na experiência pessoal, se faz substância humana complexa e ambígua e vai deixando de ser exclusividade de um único indivíduo, para ganhar significado geral, para ser dimensão possível de todos” (cit. Coelho 52). O próprio autor explica de forma clara porque escreve:

Os participantes da ação se dispersaram a partir da noite de domingo. Dois morreram: Toledo, sob torturas em São Paulo; Jonas, o comandante militar da ação, massacrado a pontapés pela equipe do capitão Albernaz, na Operação Bandeirantes. Alguns foram presos e liberados, depois de cumprirem a pena, outros foram liberados, por sequestro, e vivem em lugares diferentes, no exílio. Alguns fugiram, e finalmente, um de nós enlouqueceu e perambula pelas ruas de Paris de barba e cabelo grande. Sobrevivi. E pensei que talvez fosse interessante contar a história. (139-140)

E é exatamente isso que Fernando Gabeira faz, através da sua história pessoal ele consegue envolver o leitor e ajudá-lo a entender melhor e de uma forma simples a realidade brasileira da ditadura militar.

Como já citado anteriormente, um aspecto que está inteiramente ligado com a literatura de testemunho é a memória. Fernando Gabeira, ao ser entrevistado logo depois de escrever o seu livro, disse que nada em sua narrativa havia sido inventado, e que “o que escreve[u] em sua

memórias são verdades” (46). No entanto, Mário da Silva aponta que “se de fato são, tratam de expressões particulares, narrativas sobre fatos ocorridos. E pelo decorrer do tempo e do interesse, algo certamente foi omitido, esquecido ou inventado” (46). Antonio Candido, em sua obra Ficção e Confissão (2006) complementa dizendo que “a realidade é revista e francamente completada pela imaginação” (62). É muito válida essa observação e podemos facilmente aplicá-la a um dos fatos que foram narrados por Fernando Gabeira em seu livro.

O sequestro do embaixador dos Estados Unidos em setembro de 1969, dez anos antes de Gabeira publicar o seu livro, foi um fato anunciado por todo o Brasil e também inédito, pois ninguém havia feito tal façanha e Fernando Gabeira usa 33 páginas em sua obra para contar sobre o seu envolvimento no sequestro. Gabeira, na primeira página do relato, escreve:

Era uma quinta-feira, princípio de primavera. Não me lembro se o verde era mais intenso, se havia algum cheiro especial no ar. Não me lembro de nada, exceto de que era um dia nublado, desses milhares de dias que entram na gaveta da memória e de lá não saem jamais. É uma vergonha: uma coisa de tanta gravidade, tão importante na vida de todos nós que fazíamos a luta armada, e o narrador, sempre que pensa no episódio, só se lembra de uma frase. A frase de Richard Nixon para William Rogers... ‘Rogers, que merda é essa?’ (107-108)

É muito interessante ver que, apesar dessa experiência tê-lo marcado tanto na época, ao escrever o que aconteceu, a sua memória já não lembra de muitos detalhes. Por quê? Padrós explica que “sendo uma construção ativa, dinâmica, a memória nunca é a repetição exata de algo passado. Trata-se, em realidade, de uma reconstrução que cada um realiza dependendo da sua história, do momento e do lugar em que se encontra” (2). Isso nos leva a outro aspecto da memória, encontrado na seguinte pergunta, “quem quer que quem lembre o quê e por quê?” (6).

Guardamos em nossa mente o que queremos e por alguma razão. O mesmo aconteceu com Fernando Gabeira. Ele ainda tem na sua memória certos destaques da sua experiência que talvez para mais ninguém seja importante, somente para ele e dentro desta mesma idéia entra o aspecto do interesse. Anos depois, ao relembrar os acontecimentos, Gabeira lembra poucos detalhes porque já não está mais engajado em um ideal revolucionário, seus interesses mudaram, seus objetivos mudaram e ele também, como ser humano, mudou. A perspectiva que ele tem agora é muito diferente da perspectiva que ele tinha no passado. Por isso, Fernando Gabeira vai sempre se lembrar do evento em si, mas os detalhes vão diminuir cada vez mais com o tempo e a verdade é que ele até narra o que se lembra de uma forma muito simples, junto com humor e ironia, que fazem o leitor rir junto com ele. Hoje ele se lembra de detalhes irrelevantes sobre a história, mas que o fazem olhar para o passado e rir dos seus erros e também aprender com eles. Podemos ver uma semelhança sobre a memória de Gabeira com a de uma criança. O filme O ano em que meus pais saíram de férias é uma ficção mas nos mostra um pouco mais sobre a memória do ser humano, principalmente a de uma criança, um garoto chamado Mauro, de 11 anos. No filme, ele conta mais sobre as suas memórias felizes do que tristes mas de uma forma simples, inocente e amorosa. Aquela época provavelmente foi mais difícil para ele do que pareceu ser no filme, mas ao escrever ele relembra de tudo com outros sentimentos e como um Mauro crescido e amadurecido. A este respeito Padrós diz que “quando há uma possibilidade de amadurecimento reflexivo sobre os fatos armazenados na memória é possível realizar um reordenamento, uma readequação das lembranças que pode permitir, inclusive, o esquecimento daquelas mais dolorosas” (17). O tempo passou e a sua memória ficou marcada, mas com menos dor e mais alegria e coisas boas sobre a sua infância. Mauro representa a memória de hoje de muitos brasileiros como a de Fernando Gabeira que passou por experiências similares, mas que

hoje tem as memórias felizes ao invés de tristes e melancólicas.

Assim como em O ano em que meus pais saíram de férias, um aspecto interessante apresentado no filme e no livro de Gabeira é a forte relação da memória com o futebol. O autor pode não conseguir lembrar-se de muitos detalhes do golpe de 64, mas ele não deixa de citar sobre o jogo de futebol que estava acontecendo em sua cidade em um daqueles dias. No seu livro ele conta o seguinte: “lembrei-me da minha terra. O Guarani Futebol Clube batido mais uma vez, pelo mesmo adversário, irrompendo na rua Vitorino Braga com sua bandeira azul e branca” (13). O futebol servia como uma válvula de escape durante a ditadura militar e é sempre citado na literatura de testemunho pois está conectado com a memória. Muitas pessoas, ao pensarem na ditadura militar hoje, também têm fortes lembranças sobre a Copa do Mundo de 70, pois o futebol servia como uma forma de esquecer os horrores que aconteciam naquela época.

Outro aspecto do livro O que é isso companheiro? conectado com a memória e o que guardamos dentro dela se encontra no prefácio da própria obra. Fernando Gabeira nos informa que depois da exibição do filme O que é isso companheiro?, pequenas alterações foram feitas no livro. Algumas dessas mudanças foram inspiradas “pelas críticas do próprio embaixador Charles Burke Elbrick, que fez anotações no seu exemplar. Elbrick não entendeu como pude escrever que ele foi levemente golpeado na cabeça e desenhou vários pontos de interrogação nessa página do livro” (9). O fato de Fernando Gabeira não ter sido a vítima do sequestro faz com que ele tenha uma perspectiva diferente sobre o sequestro do embaixador. Por ele não ter sido a pessoa golpeada durante o ato faz com que ele lembre muito pouco sobre o que realmente aconteceu com o embaixador. Por outro lado, Charles Elbrick provavelmente ficou traumatizado com a experiência e lembra mais detalhadamente do que aconteceu com ele durante o sequestro. Apesar do detalhe das palavras “levemente golpeado” serem praticamente insignificantes ao decorrer da

narrativa, para o embaixador elas são de grande importância porque foi ele que sofreu, ele que experienciou a pancada na sua cabeça. Assim, vemos que a nossa memória guarda detalhes diferentes quando vemos algo ou um fato e quando realmente vivemos a experiência.

Diferente de Renato Tapajós, Fernando Gabeira foi exilado por muitos anos do Brasil. Foi durante este tempo que ele decidiu escrever sobre a sua experiência com a luta armada brasileira. Para Fernando Gabeira, o seu exílio e as experiências que ele teve em outros países da Europa e da América Latina proveram algo adicional para a sua narrativa, lembranças adicionais à sua memória e uma visão e objetivos diferentes para mudar o Brasil. Nélida Piñon afirma que “certas observações, elas nascem de um distanciamento histórico. Você, quando está no turbilhão da história, engolfada por ela, você não sabe exatamente qual é o seu protagonismo, até que ponto você é afetad[o] pelos fatos e pela história do teu país, além da tua história privada” (cit. Sosnowski e Jorge Schwartz 92). Malcolm Silverman adiciona: “seu dramático banimento do Brasil, no fim de O que é isso companheiro?, marca, por extensão, um renascimento espiritual em nível pessoal, bem como uma rededicação para conhecer a nacionalidade em nível coletivo – uma mensagem amplamente enfatizada pelo próprio título” (73). Assim, no seu livro, Gabeira explica que ao ir para a Europa, ele tinha a esperança de “esquecer o pântano em que tínhamos nos metido e a asfixia geral que a ditadura militar tinha imposto ao país” (41). Mário da Silva complementa esse trecho dizendo que “nessa trama se estabelecem contatos com indivíduos de outras culturas, classes sociais diversas, identidades étnicas e sexuais distintas, incluindo uma alteração a sua posição anterior no Brasil— de intelectual e jornalista a porteiro, condutor” (119). Nenhum dos guerrilheiros queria sair do Brasil e ser exilado, no entanto, o exílio acaba se tornando algo positivo em suas vidas com o passar dos anos por eles terem contatos com pessoas diferentes e poderem organizar os seus pensamentos e ideais na vida. Assim, quando Fernando

Gabeira decidiu voltar ao Brasil, por causa de seu distanciamento temporário, ele já entendia que não poderia mais mudar a política do Brasil através da luta armada, mas através de pequenos atos dentro da sociedade. Ele conta em uma entrevista, antes de voltar ao Brasil, “agora tínhamos aprendido que era inútil buscar o heroísmo, mas sim a luta cotidiana junto aos setores oprimidos” (cit. Coelho 112).

Outro aspecto do exílio que já foi estudado por especialistas é que o exílio em si dá a noção ao exilado de que a sua experiência começou, terminou e que uma nova etapa está se iniciando. O exílio permite que “a memória seja usada como passaporte de entrada a uma nova realidade e de lembrança de que uma outra se encerrou, pertencendo a um passado indesejável” (Silva 122). Gabeira não quer voltar ao seu passado e viver suas experiências novamente, mas em seu livro ele mostra que as relembra para entender mais claramente o tempo vivido. “Isto significa que a memória, ou a autobiografia, é o resultado do confronto entre os acontecimentos passados vividos por uma pessoa e o ponto de vista sobre estes acontecimentos que a pessoa possui hoje” (Coelho 40). Assim, a memória ajuda o indivíduo a explicar a sua própria existência, fazer uma comparação do mundo em que vive e em que viveu, e entender melhor os objetivos e significados dos ideais que ele tanto acreditava, mas que agora ele abandonou.

O pós-trauma e a memória em Flávio Tavares

Flávio Tavares nasceu em 1934 no Rio Grande do Sul e é jornalista, advogado e escritor. Apesar dele também ter sido um militante como Renato Tapajós e Fernando Gabeira, teve uma experiência diferente. Primeiramente, se envolveu como dirigente estudantil nos anos 50 no Rio Grande do Sul, formou o grupo fundador da Universidade de Brasília e durante os anos 60, como jornalista, passou a escrever uma coluna política para o jornal Última Hora de São Paulo e Rio de Janeiro. Devido a sua convivência com os políticos da esquerda, passou a se envolver com

grupos armados que queriam derrubar a ditadura. Por ter se envolvido grandemente com políticos, o seu próprio trabalho e grupos militantes, foi preso três vezes durante os anos de 1964 e 1969 e depois banido do Brasil com um grupo de prisioneiros que havia sido trocado pelo resgate do embaixador americano, episódio no qual Fernando Gabeira estava envolvido. Flávio se exilou no México e depois se mudou para a Argentina. Ao visitar o Uruguai enquanto morava na Argentina, é sequestrado por um grupo que fazia parte da Operação Condor⁴, e mantido em uma pequena cela, algemado e com os olhos vendados por quase um mês e assim torturado mentalmente através de inúmeras execuções simuladas. Quando Flávio foi libertado, foi exilado na Europa, e só voltou ao Brasil depois de dez anos de exílio.

O livro de Tavares chamado Memórias do esquecimento, foi escrito trinta anos depois de suas experiências. Rebecca J. Atencio comenta sobre o título da obra ao explicar a relação que a memória e o esquecimento têm um com o outro:

Where does memory end and forgetting begin? Benjamin's observation about Proust, the remembering author, suggests that although the words *memory* and *forgetting* are technically antonyms, the mental processes they signify are actually more closely related than they seem. All acts of recall entail selective forgetting since absolute memory is impossible, not to mention undesirable; forgetting, in turn, is itself a way of remembering. The distinction between memory and forgetting is all the more blurry when

⁴Foi uma aliança secreta do Chile com o Paraguai, Uruguai, Brasil, Bolívia, e Argentina que teve ação expressiva principalmente entre os anos de 1973 a 1980. A meta principal dessa Operação era a erradicação de todos os movimentos políticos com ideologias afins à de Salvador Allende (presidente chileno morto no bombardeamento do palácio presidencial) em toda a América Latina, mas que posteriormente também visava o combate às forças políticas que estavam infectando os governos com suas ideologias estrangeiras de revolução comunista, no mundo todo. Dessa forma, a Operação Condor objetivava fazer com que os Serviços de Segurança reunissem esforços para perseguir e capturar “terroristas” de todas as nacionalidades, onde quer que morassem. A “ordem” era: erradicar todos os rivais – líderes militares, políticos ou civis – determinados a restaurar o governo institucional (Schultz 14).

recollection acquires a written form, as in the case of political testimonials (151).

No começo de sua narrativa, é possível perceber que para Flávio Tavares é simplesmente doloroso e extremamente difícil explicar com palavras e desenterrar as memórias daqueles anos tão sofridos que por três décadas ele tentou esquecer. Ele conta nas primeiras páginas do seu livro:

São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia adiei o que iria escrever ontem. A idéia vinha à memória, mas, logo, logo se esvaía naquele cansaço imenso.....Tornei-me um esquizofrênico da memória ou de mim mesmo....Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer (11).

Também podemos ver este aspecto da memória no livro Tiradentes, um presídio da ditadura em que os presos políticos, ao se depararem com o desafio de descrever no papel as memórias passadas sobre a ditadura, foram confrontados com uma memória desorganizada, enterrada e até esquecida. José Machado comenta que “Passaram-se, desde então, 26 anos e minha memória guarda apenas vestígios daquela dura experiência. Não obstante, à guisa de advertência, elas não se articulam necessariamente umas com as outras nem guardem relação cronológica” (119). Nair Yumiko Kobashi, também vítima da ditadura, escreveu no livro Tiradentes, um presídio da ditadura o seguinte: “Após tantos anos, as lembranças se embaralham—dou-me conta, repentinamente, de que são fatos que aconteceram há 25 anos! Por outro lado, quando revirmos nossos baús, às vezes encontramos coisas que não nos agradam e que preferíamos ter esquecido. De tudo isso, resultam fragmentos, retalhos que precisam ser costurados para adquirir algum sentido” (310). Assim, este aspecto da memória também se torna coletiva entre as vítimas da ditadura militar, mostrando que suas experiências os marcaram tão profundamente que mesmo

depois de décadas é impossível evitar a dor e a dificuldade em lembrar o que experienciaram.

Em uma entrevista feita pelo jornal Notícias da Bahia foi perguntado ao escritor Flávio Tavares se o objetivo do seu livro, Memórias do esqucimento, é “um testemunho histórico, jornalisticamente falando, ou uma tentativa de expurgar as dores desse período,” o escritor respondeu:

[...] Foi a minha salvação pessoal em termos psicológicos. Se não fosse esse livro, eu tinha sofrido muito mais. Agora, por ter sido o primeiro livro que documentou um testemunho de tortura, ele se transformou em um documento vivo de uma época.

Pessoalmente, ele foi a minha catarse (Notícias da Bahia).

Assim, a tentativa de Tavares é a de esquecer para sobreviver:

The survivors did not only need to survive so that they could tell their story; they also needed to tell their story in order to survive. There is, in each survivor, an imperative need to *tell* and thus come to *know* one's story; unimpeded by the ghosts from the past against which one has to protect oneself. One has to know one's buried truth in order to be able to live one's life (Felman 78).

A antropologista Elizabeth Xavier Ferreira fez entrevistas com mulheres brasileiras que fizeram parte de guerrilhas durante a ditadura militar e que foram presas e torturadas por militares na época. Ao contarem as suas experiências e depois lerem o livro com os seus testemunhos, que foram publicados pela antropóloga, Joana, uma das mulheres entrevistadas, conta como se sentiu:

All I had left after the torture and the prison was the pain, the suffering, the bitterness. . . all these years. . . Now I can understand again the meaning of all that. I can see why I made that choice. Now I can feel that everything that came with it, even the defeat, hasn't

destroyed the meaning, the sense. . . in spite of all the horror. I know now who I am and what I fought for. Before this [the book], after all the dreams, after all the hope, I was just someone hanging on the brink of madness and despair.... (11)

Joana entendeu melhor a si mesma e o seu valor na sociedade e talvez até o seu papel como mulher participante na ditadura militar. Xavier Ferreira conta ainda mais sobre essa libertação da memória de Joana:

Later, she told me that the experience of giving me her testimony and then of reading the text I had written, articulating all the narratives, had helped her to understand what she had gone through. She was able to reevaluate what her political participation - and that of the militant movement in general - had been in the history of that period. This was possible because she recognized an affinity between the contents of the other stories and that of her own. She said that in spite of the differences in the individual experiences and despite the fact that she did not know any of the other informants, together their stories (hers and theirs) made sense (12).

Assim vemos que uma pessoa, ao contar ou ao literalmente externalizar as suas experiências e sentimentos marcantes e que até feriram a sua alma, se sente aliviada interiormente e que ela agora é compreendida pela sociedade. Desta mesma forma acontece com Flávio Tavares e também foi somente anos depois que aconteceram as tragédias que ele conseguiu tentar verbalizar tudo que sentiu, e ainda sente sobre o seu passado, e concluir que “esquecer? Impossível, pois o que vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente. Rima? Rima, sim, e até pode ser uma rima, mas não é uma solução. A única solução é não esquecer” (13). Até mesmo Fernando Gabeira diz o quanto é difícil tentar lembrar de tudo que aconteceu porque

“os primeiros meses da prisão foram todos gastos na tentativa de esquecer” (142). No seu romance, Flávio Tavares sente a necessidade de contar e expressar o horror que por muitos anos ele lutou para esquecer e que agora ele quer lutar para encontrar “um significado que unifique a interpretação” (cit. Elmir 143).

A obra de Tavares parece até uma ficção porque é cheia de ação onde acontecem viagens, dramas, torturas, aventuras, horrores, prisões. No entanto, através de uma linguagem simples e muitas reflexões, o narrador procura fazer questionamentos e autocríticas sobre a decisão de fazer parte da luta armada durante a ditadura militar. Além disso, muitas das vítimas da ditadura militar e igualmente com Flávio Tavares, ao tentar transcrever suas memórias no papel, não conseguem organizar seus pensamentos e não tem como um objetivo consciente tirar grandes conclusões sobre os acontecimentos do passado. Flávio Tavares conta:

Do que contei, tentei não tirar conclusões e preferi que a narrativa concluísse por si mesma, nessas histórias que não inventei e que foram tão-só refeitas, cosidas no tempo e no espaço, numa fiação paciente e dolorosa. Vivida – não inventada –, essa história deixou marcas, cicatrizes, neuroses, patologias de alma e corpo, às vezes diagnosticáveis até no olhar das vítimas – uma mirada atormentada, medrosa e deslumbrada. Ou tímida, recolhida e encapsulada em si mesma (263).

Paloma Vidal conta que um sociólogo argentino chamado Rodolfo Enrique Fogwill afirma que a literatura de testemunho tem como função “aponta[r] para certos furos da memória, para estranhezas excluídas por esta, evidenciando que a rememoração é um processo fundamentalmente inacabado, e que esse núcleo de incompreensão é o que nos permite continuar indagando sobre o passado” (254). O fato da literatura de testemunho ter esta característica de tocar em feridas que nunca foram curadas na memória das vítimas da ditadura militar também

causa um grande impacto em Flávio Tavares, pois apesar dele saber que dói lembrar os horrores pelos quais ele passou, isto acontece porque ainda havia aspectos de sua experiência que ele não podia entender. No entanto, ao recontá-las e expressá-las, sem ele perceber, ele está ajudando a sua memória a se organizar e a ser restituída.

A primeira edição do livro Memórias do esquecimento foi publicada em 1999. Apenas seis anos depois o autor decidiu revisar novamente as suas experiências traumáticas: “his decision to revisit the memoir represents a continuation of the process of working through painful experiences begun in the original version” (Atencio 124). De fato, Flávio Tavares não foi o único a revisar o seu trabalho memorialista e a expandir os seus pensamentos e memórias ao falar mais do que uma vez sobre eles. Fernando Gabeira também teve o seu livro nas telas do cinema com o filme chamado O que é isso companheiro? e ofereceu muitas entrevistas para a mídia brasileira. Renato Tapajós fez um filme sobre o seu livro Em câmara lenta e escreveu um pequeno testemunho sobre as suas memórias para fazerem parte da coletânea de memórias chamada Tiradentes, um presídio da ditadura. Assim, é possível perceber que as vítimas da ditadura estão constantemente trabalhando com suas memórias, revisando-as e falando sobre elas como um processo de cura sobre o passado.

A segunda edição de Memórias do esquecimento mostra que a memória está constantemente mudando, seja adicionando detalhes à narrativa ou a tornando menos chocante ao lembrá-la. Na edição de 2006, Flávio Tavares adiciona um subtítulo chamado “Os segredos dos porões da ditadura,” informando o leitor de que o autor focalizará as suas memórias na ditadura militar brasileira, sendo que na primeira edição, sem este subtítulo, o assunto de seu livro fica um pouco mais ambíguo fazendo o leitor pensar que ele se focalizará mais no esquecimento de memórias no geral e não especificamente nas memórias da ditadura (Atencio

125). As fotos incluídas na sua edição é outra mudança que ocorreu no seu livro. Na primeira edição, Flávio Tavares separa as fotos em duas partes: a primeira remessa de fotos faz parte de sua narração sobre o período de prisão no Brasil e suas experiências dentro do país, e a segunda remessa fazem parte da narração de quando ele é exilado. As fotografias da primeira edição incluem familiares de Flávio Tavares, presos políticos, Che Guevara e até Elbrick, o Embaixador dos Estados Unidos que havia sido sequestrado pelo MR-8. No entanto, na segunda edição Flávio Tavares mantém apenas as fotos políticas dos momentos importantes de sua narrativa e exclui fotos mais pessoais: “The new photographic narrative in the second edition downplays Tavares’ personal side and highlights his role as a key protagonist in some of the most important events in Brazil’s recent history, which lends even greater authority to the memoir” (Atencio 126). Essas mudanças também mostram que Flávio Tavares agora enxerga mais claramente o seu papel indispensável em reconstruir a memória individual e coletiva e que o processo de contar mais do que uma vez faz com que seja menos doloroso lembrar sua memória, tanto que ele mesmo diz no prefácio da segunda edição de sua obra, “mencionar os tempos da ditadura militar já não espanta e nem atemoriza” (11).

Conclusão

Flávio Tavares disse: “Por que não se pode divulgar o passado da história? A história é para ser escrita através de documentos e testemunhos” (Notícias da Bahia). Tanto Renato Tapajós quanto Fernando Gabeira e Flávio Tavares usaram a literatura de testemunho para denunciar os horrores que viveram e viram. Apesar das obras terem sido escritas em épocas, circunstâncias e lugares diferentes, todas dão ao leitor uma visão mais ampla e muito interessante sobre a ditadura militar. O livro Em câmara lenta mostra que a memória trabalha de uma forma mais devagar à procura de um testemunho que tenha a representação correta, sentimentos aprofundados e

detalhes dos acontecimentos que ajudam o leitor a ver, e até sentir que a repressão brasileira foi muito dura. O livro O que é isso companheiro? mostra que a memória, com o passar do tempo, muda porque nossos objetivos, visões e as circunstâncias em que nos encontramos no presente também são diferentes. O que fica registrado em nossa mente depende de quem somos hoje e de outras experiências que cruzam o caminho da nossa vida hoje. Já a obra Memórias do esquecimento mostra que, apesar de Flávio Tavares estar narrando a sua experiência depois de tantos anos, ainda é doloroso colocar para fora ou expor tudo que está guardado em sua memória por tanto tempo e é até difícil descrever com palavras tudo que aconteceu porque nem ele como vítima ainda entende e pode fazer conclusões muito claras sobre a sua própria experiência e a experiência coletiva. Assim, de acordo com José Carlos Moreira da Silva Filho, a importância dessas memórias em forma de testemunho é essencial para a sociedade brasileira:

Trata-se, portanto, da necessidade de uma transformação de espectadores para testemunhas, o que pode ser feito quando se é ouvinte, quando se recebe a experiência “como um anel”, quando se compartilha o inenarrável, quando a memória do involuntário presente na dimensão coletiva das gerações precedentes é escutada. Como assinala Reyes Mate, o papel da memória é modesto. Ela não promete e não garante nenhuma solução que possa resolver aquilo que está pendente, ela apenas recoloca a pergunta e a atualiza, resgatando-a da indiferença. Quem ouve torna-se responsável pela continuidade da narração, passa a fazer parte dela. Diante do sofrimento e da injustiça não ouvir é cometer uma segunda injustiça, é lavar as mãos e não assumir a responsabilidade que as gerações precedentes passaram para a atual, é despejar os pais e avós nos sanatórios e hospitais para mantê-los bem longe da vista, justamente quando iriam transmitir sua experiência, com a altivez de quem está no alto e no limite da sua existência (175).

Sem dúvida, a literatura de testemunho brasileira é a história registrada por indivíduos que ao expor suas experiências pessoais, constroem a memória coletiva e dão a oportunidade para a sociedade ter acesso aos acontecimentos do passado, para os avaliarem e aprenderem que os fatos contados jamais deverão se repetir. Porque a história e a memória podem muitas vezes não estar de acordo, uma complementa a outra. Assim, é através da literatura de testemunho, envolvida com a história e a memória, que o silêncio é quebrado e história é transformada em depoimento.

Considerações finais

A literatura tem um papel importante e indispensável na formação da história brasileira. Através da literatura de testemunho os brasileiros têm tido a oportunidade de se familiarizar com o passado e entender melhor os dilemas e problemas sociais pelos quais o Brasil já passou e ainda tem passado. Através deste gênero literário, os memorialistas têm aprendido mais sobre eles mesmos e juntos ajudado a formar uma memória coletiva sobre a verdadeira história militar brasileira e assim, apresentar fatos e realidades que nunca haviam sido expostos ao país anteriormente.

Ao fazer um estudo e uma comparação mais aprofundada sobre as obras O que é isso companheiro?, Em câmara lenta e Memórias do esquecimento vemos que para muitos dos autores da literatura de testemunho, ao escrever a sua história e voltar ao passado, acabam percebendo que esta viagem à memória passa a ser uma forma de livrarem-se de pesadelos e momentos difíceis que os perseguiram por tanto tempo. Assim, vemos que a memória tem um papel insubstituível na literatura de testemunho:

As memórias estão entre as formas básicas de prosa, pois o seu modo de narração intimista e catártico é propício à construção de imagens, refletindo particularmente o coletivo através da metáfora. Afinal de contas, o memorialismo é, por definição, autobiográfico, e, conseqüentemente, um espelho inseparável do próprio autor, individualmente ou como membro da sociedade (cit. Silverman 61).

Desta maneira, vemos que não é apenas uma obra memorialista que completará os espaços vazios da história da ditadura militar, mas é o conjunto de muitos depoimentos que fará com que a história do Brasil e do seu governo militar seja formada. Além disso, este tipo de literatura, pelo fato de não ser ficcional, ajuda o leitor a fazer uma reflexão sobre o que lê:

Os diários e testemunhos são especialmente funcionais ao documentar a guerrilha urbana mortal do final dos anos 70, desta vez do ponto de vista dos vencidos. Por motivos óbvios, eles fornecem um registro histórico ainda mais valioso do que os romances-reportagens anteriores, menos politizados e reconhecidamente ficcionalizados, e na sua pulsante e necessariamente mórbida recriação de interrogatórios, tortura e encarceramentos episódicos, precipitam uma catarse dupla (para o leitor e para o escritor), estimulando mais ainda a consciência nacional na sua crescente e enfática rejeição do jugo militar (Silverman 426).

Acredita-se que ao escrever sobre o passado, as pessoas estão preparadas e têm a força para encarar os fatos e nunca mais repetir os mesmos erros. Assim, os sobreviventes da ditadura lutam para que a geração presente não esteja condenada a cometer atos que nunca mais poderão ser corrigidos. Por isto, o fato deste gênero literário ter surgido no Brasil pouco tempo depois da anestesia mostra que muitos brasileiros estavam prontos para delatar as atrocidades da ditadura para que no futuro o país nunca mais passe pelas mesmas experiências.

Outro contribuidor importante para a formação da história e até mesmo literatura brasileira foi a Igreja Católica. Através de registros realizados por padres e principalmente pelo Cardeal e Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, o Brasil tem acesso a documentos e depoimentos das vítimas da ditadura militar. Além disso, através do livro Batismo de sangue, de Frei Betto, muitos brasileiros tem acesso a história de Frei Tito e o seu grande esforço para que o mundo soubesse das torturas pelas quais ele e outros brasileiros testemunharam durante mais de 20 anos.

A literatura de ficção, em destaque o Realismo Mágico, por ter sido escrita durante a ditadura militar brasileira, atualmente também fazem parte do acervo da história do Brasil.

Devido à censura imposta sobre o país nos anos 60, escritores como Murilo Rubião e José J. Veiga não viram outra forma de registrar a realidade senão apenas através de metáforas. Na época, o Realismo Mágico pode ter passado despercebido por conter histórias muitas vezes absurdas e irrealistas mas hoje, este gênero literário pode ser facilmente relacionado à ditadura, seja às perseguições, torturas e até aos atos políticos e militares extremistas e violentos.

Em conclusão, a literatura de testemunho dá acesso aos brasileiros de hoje à realidade e às verdades de um passado obscuro e triste do país. Mais importante do que isto, este gênero literário também dá voz a muitas pessoas que morreram por causa das atrocidades dos militares e aos sobreviventes da ditadura que ainda não tiveram a oportunidade ou talvez nem a força suficiente para desenterrar as experiências traumáticas pelas quais passaram. No entanto, a literatura de testemunho ainda assim quebra o silêncio causado por mais de 20 anos no Brasil e transforma este passado em história e a história, em páginas de depoimentos que nunca mais poderão ser apagados.

Bibliografia

- Aleixo, Sandra Elis. "O universo fantástico de Murilo Rubião." Revista Trama 4:8 (2008): 187-198.
- Aquino, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário, 1968-1978: O exercício cotidiano da dominação e da resistência, O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- Atencio J., Rebecca. "Imprisoned Memories: Trauma and Mourning in Brazilian Testimonials of Political Violence." PhD Dissertation University of Wisconsin, Madison, 2006.
- Avelar, Idelber. The Untimely Present: Postdictatorial Latin American Fiction and the Task of Mourning. Durham, NC: Duke UP, 1999.
- Bautista Gutiérrez, Gloria. Realismo mágico, cosmos latinoamericano: teoría y práctica. Santafé de Bogotá, D.C.: Librería-Editorial América Latina, 1991.
- Betto, Frei. Batismo de sangue: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, 1987.
- Bueno, Eduardo. Brasil: uma história. São Paulo: Ática, 2003.
- Cancian, Renato. Comissão Justiça e Paz de São Paulo: Gênese e atuação política (1972-1985). São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- Cândido, António. "O papel do Brasil na nova narrativa." Revista de Crítica Literária Latinoamericana 7:14 (1981):103-117.

- Cândido, António. Ficção e confissão. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul, 2006.
- Chaia, Miguel. “Sombra política e luz cinematográfica.” CULT Março 2004:78.
- Coelho, Cláudio Novaes Pinto. Os movimentos libertários em questão: A política e a cultura nas memórias de Fernando Gabeira. Petrópolis: Vozes, 1987.
- Dicionário Silveira Bueno. São Paulo: Editora FTD S.A., 1996.
- Elmir, Cláudio Pereira. “Histórias dos sentidos e da imaginação: As memórias de Flávio Tavares.” Unisinos 13:2 (2009): 140-145.
- Felman, Shoshana, e Dori Laub. Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History. New York: Routledge, 1991.
- Fernandes, Edilene. “Luto e jogo em J.J.Veiga.” Literaturas, Artes, Saberes 1-6.
- Filho, José Carlos M. da Silva. “O anjo da história e a memória das vítimas: O caso da ditadura militar no Brasil.” Veritas 53:2 (2008): 150-178.
- “Flavio Tavares: Os partidos viraram um conglomerado de gente em busca de poder.” Notícias da Bahia. 9 abril 2008. Web 12 maio 2010.
- <<http://www.noticiasdabahia.com.br/entrevistas.php?idprog=70efdf2ec9b086079795c442636b55fb&cod=17http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com/2009/08/entrevista-com-flavio-tavares.html#comment-form>>
- Fonseca, Marcos. “Amanhã na batalha, pensa em mim.” CULT Março 2004: 78.
- Freire, Alipio, Izaías Almada, e J. A. de Granville Ponce. Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos. São Paulo, SP: Scipione Cultural, 1997.
- Gabeira, Fernando. O que é isso companheiro? São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Hamburguer, Cao. O ano em que meus pais saíram de férias. Buena Vista International, 2006.

Kushnir, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2004.

“Literatura contemporânea- Murilo Rubião (1916-1991)”. *Educaterra*. Web. 11 May 2010. <<http://educaterra.terra.com.br/literatura/litcont/2004/10/04/000.htm>>

MacLean, Iain S. Opting for Democracy?: Liberation Theology and the Struggle for Democracy in Brazil. New York: P. Lang, 1999.

“Magic Realism: A Background Reading/Primer for Teachers of Fourth—Eight Grade Students.” Web. 25 May 2010.

<http://www.seattleschools.org/schools/hamilton/iac/magic/magic_primer.pdf>

Mainwaring, Scott. The Catholic Church and Politics in Brazil 1916-1985. Stanford, CA: Stanford UP, 1986.

Martins, Oswaldo. “Aos nascidos em 1964” CULT Março 2004:78.

Novo Dicionário Aurélio. Ed. 1986.

Ottmann, Goetz Frank. Lost for Words?: Brazilian Liberationism in the 1990s. Pitt Latin American series. Pittsburgh, PA: U of Pittsburgh P, 2002.

Padrós, Enrique Serra. “Usos da memória e do esquecimento na História.” Literatura e Autoritarismo Revista no. 4.

Perez, Paola Roberta. “A escrita e a imagem: Semelhanças e diferenças presentes na literatura de testemunho e no cinema nacional”. Língua, Literatura e Ensino. 3 (2008): 1-5.

Pollak, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio.” Estudos Históricos 2:3 (1989): 3-15.

Pomar, Wladimir. “Um olhar sobre a história econômica da ditadura” CULT Março

- 2004:78.
- Reimão, Sandra. “Livro e prisão: O caso Em câmara lenta, de Renato Tapajós” Em Questão 15:1 (2009): 99-108.
- Rocha, Janaina. “Direita, volver” CULT Março 2004:78.
- Rubião, Murilo. O pirotécnico Zacarias. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- Santiago, Silviano. “O trabalho do ódio” CULT Março 2004:78.
- Schroeder, Shannin. Rediscovering Magical Realism in the Americas. Westport, Conn: Praeger, 2004.
- Schultz, Sabrina. “Terrorismo de estado e operação Condor”. (2006): 1-23.
- Seligmann-Silva, Márcio. “Testemunho e a política da memória: O tempo depois das catástrofes”. 30 (2005): 71-98.
- Silva, Mário Augusto Medeiros da. Os escritores da guerrilha urbana: Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984). São Paulo: Annablume, 2008.
- Silverman, Malcolm, e Carlos Araújo. Protesto e o novo romance brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- Skidmore, Thomas E. The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-85. New York: Oxford UP, 1988.
- Sosnowski, Saúl, e Jorge Schwartz. Brasil: O trânsito da memória. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 1994.
- Souza, Valmir de. “Testemunhos literários da (e contra) a barbárie no Brasil”. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. (2008): 1-7.

- Tapajós, Renato. Em câmara lenta. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1977.
- Tavares, Flávio. Memórias do esquecimento. São Paulo, SP, Brasil: Editora Globo, 1999.
- Tavares, Flávio. Memórias do esquecimento: Os segredos dos porões da ditadura. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- Turchi, Maria Z. “As fronteiras do conto de José J. Veiga.” Ciênc.let 34 (2003): 93-104.
- Vargas, Francisco. “Um construtor de fábulas” Veja 29 setembro 1982: 3-6.
- Veiga, José J. A estranha máquina extraviada. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.
- “Veja biografia de Fernando Gabeira, candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro.” Folha Online. 25 outubro 2008. Web 12 maio 2010.
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/videocasts/ult10038u460223.shtml>>
- Vidal, Paloma. “Memória em desconstrução: Da ditadura à pós-ditadura”. Alea 8:2 (2006): 249-261.
- Xavier Ferreira, Elizabeth F. “Oral History and the Social Identity of Brazilian Women under Military Rule.” The Oral History Review 24: 2 (1997): 1-33